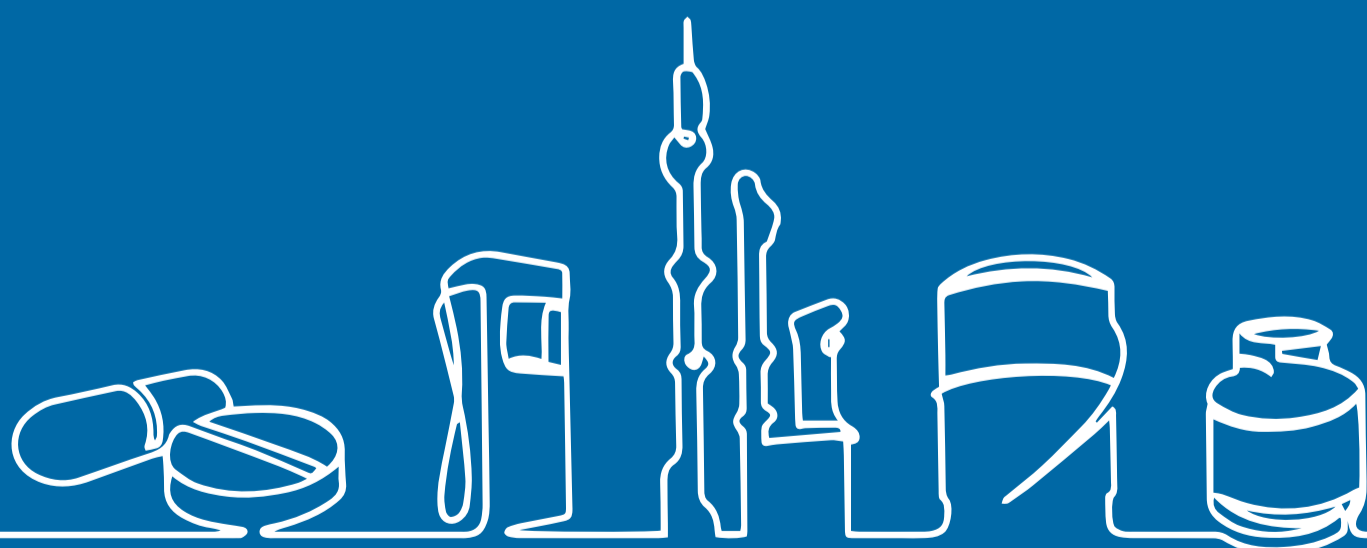




# ULTRAPAR EM 2015

- ✓ Investimentos de R\$ 1,4 bilhão, 11% superiores a 2014
- ✓ Dividendos de R\$ 871 milhões, 12% superiores a 2014
- ✓ Valorização de 17% das ações da Ultrapar em 2015
- ✓ EBITDA de R\$ 4,0 bilhões, 25% de crescimento em relação a 2014
- ✓ Lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão, 21% acima do apresentado em 2014





# RELATÓRIO DA

## PREZADOS ACIONISTAS,

A administração da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (Ultrapar) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao ano de 2015.

### PERFIL DA COMPANHIA

A Ultrapar é uma companhia multinegócios com posição de liderança em cinco diferentes segmentos de atuação. Opera com grande capilaridade e cobertura de todo o território brasileiro na distribuição e varejo especializado por meio da Ipiranga, no setor de combustíveis, da Ultragas, no Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, e da Extrafarma, no varejo farmacêutico. Atua também na indústria de especialidades químicas por meio da Oxiteno, que desfruta de posição de liderança na América Latina, e na armazenagem de grãos líquidos por meio da Ultracargo, com presença em seis portos do Brasil.

A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na New York Stock Exchange (NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), tendo ingressado em 2011 no Novo Mercado.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2015 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E CRIAÇÃO DE VALOR

Em um ano marcado pela deterioração da economia e por uma crise política com reflexos importantes na disposição do empresariado para investir, a Ultrapar se beneficiou de sua opção estratégica por negócios resilientes, com larga escala operacional e oportunidades para diferenciação. A companhia teve segurança para executar seu plano de investimentos, cujos valores vêm crescendo ano a ano, e preservou sua posição financeira sólida e estável, traço característico de sua cultura de negócios. Os resultados refletiram as decisões e os investimentos de anos anteriores e continuaram a apresentar crescimento, mesmo face às condições econômicas mais desafiadoras. A Ultrapar registrou em 2015 um EBITDA consolidado de R\$ 4,0 bilhões, montante superior em 25% ao verificado em 2014. Na mesma base de comparação, o lucro líquido apresentou crescimento de 21%, tendo atingido R\$ 1,5 bilhão.

Como mais um passo importante na evolução constante da nossa governança corporativa e na direção de uma companhia mais plural e sólida, tivemos a renovação de parte do Conselho de Administração, com o ingresso de profissionais com novas experiências e competências para fortalecer o processo de tomada de decisão da companhia. Também houve mudanças na diretoria executiva, com a transferência de André Covre, após oito anos como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, para assumir a posição de Diretor-Superintendente da Extrafarma e a chegada de André Pires para ocupar a cadeira de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Para que a nossa cultura multinegócios mantenha-se em desenvolvimento, a Ultrapar deu novos passos em 2015 no sentido de aprofundar a preparação de sua liderança para lidar com desafios futuros, com a demanda por novas competências e oportunidades de negócios. Foi lançado, por esse motivo, um vigoroso programa de desenvolvimento com o objetivo de manter a companhia abastecida de líderes capacitados, dotados de flexibilidade e adaptabilidade em todos os negócios do Ultra.

Aproveitando a posição diferenciada conquistada em cada um de seus negócios e o profundo conhecimento em seus mercados de atuação, a Ultrapar seguiu inovando em produtos e serviços e aprofundou a criação de valor cruzada entre seus negócios, como, por exemplo, a estratégia de abrir unidades da Extrafarma em postos Ipiranga. As farmácias agregam mais valor aos pontos de venda, ampliando a conveniência e a diferenciação, fortalecendo o fluxo de clientes e alavancando a rentabilidade. Simultaneamente, essa estratégia oferece à Extrafarma um acelerador de crescimento.

A Ipiranga manteve em 2015, a sua estratégia de expansão da rede de postos, fundamentada principalmente no embaixamento de postos bandeira branca e na abertura de novos postos. Essa estratégia abrange o Brasil todo, com alvo principal nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, que oferecem uma combinação de atrativos: ao mesmo tempo em que são as áreas em que existem mais postos passíveis de embaixamento são também as que registram os índices mais altos de crescimento de consumo de combustíveis no país. Em 2015, a rede de postos Ipiranga cresceu 2%, totalizando 7.230 pontos de revenda.

Além disso, na frente de diferenciação pela diversificação e inovação em produtos, serviços e conveniência, a Ipiranga ampliou sua rede am/pm, a maior rede de lojas de conveniência no país, em 12% em 2015, atingindo um total de 1.909 unidades. A Ipiranga apresentou novas configurações do conceito am/pm, com o início da am/pm Super Store, em São Paulo, que amplia a oferta de conveniência em postos urbanos oferecendo produtos frescos – frutas, verduras, carnes – e uma gama mais ampla na linha de refeições rápidas. Também foi inaugurado em São Paulo o piloto da am/pm Estação, modelo desenvolvido para postos localizados em rodovias, com maior oferta de conveniência e cuidados pessoais para motoristas e viajantes que cruzam longas distâncias.

Na execução da estratégia de buscar liderança em tensoativos nas Américas, a Oxiteno aprovou em novembro a construção de uma planta de alcoilação em Pasadena, no estado do Texas (EUA), com investimentos previstos de US\$ 113 milhões até 2017. Com esta planta, a Oxiteno ampliará significativamente sua presença e competitividade no maior mercado de tensoativos do mundo, o dos Estados Unidos, e fortalecerá sua posição no bloco do NAFTA onde desfrutará de matéria-prima competitiva e logística eficiente.

A Ultragas continuou a se valer da resiliência de seu mercado e do forte diferencial competitivo de sua marca e da rede de revenda. Seguindo seu foco de atuação mais diferenciado e a tradição de criar novos nichos de mercados e canais de venda, a Ultragas acelerou a implementação em 2015 do UltraPronto, uma modalidade de contratação dos serviços no segmento granel, lançada em 2014, que permite a instalação por meio de um conceito *turnkey* que reduz em 30% o prazo de execução do projeto no cliente. Como outros exemplos de ampliações de conveniência aos clientes e expansão do potencial de benefícios cruzados entre negócios do Ultra, a Ultragas passou a vender vale-gás nas lojas am/pm e Extrafarma e a oferecer o programa de fidelidade Km de Vantagens da Ipiranga aos seus clientes.

Em abril de 2015, a Ultracargo vivenciou um incidente de alto impacto que exigiu uma mobilização inédita de recursos para ser superado: um incêndio em seis tanques que operava em Santos. O episódio exigiu esforços da Ultrapar e seus negócios para, em primeiro lugar, colaborar com as autoridades no combate à emergência e prevenir ao máximo seus possíveis impactos sobre terceiros. Depois, superado o incidente, a companhia se mobilizou para administrar suas consequências e promover a reparação e a recuperação do local. Devido ao incidente, as atividades de parte do terminal de Santos (SP) permaneciam suspensas até o término de 2015, o que afetou o ritmo dos negócios da Ultracargo.

Em paralelo, a Ultracargo deu sequência à busca e análise de oportunidades para fortalecer sua posição como operador portuário, valendo-se de sua disposição geográfica, com presença nos mais importantes portos para a movimentação de grãos líquidos no Brasil.

A Extrafarma focou-se ao longo desse ano de transição em elevar seu padrão de gestão de varejo farmacêutico, preparando-se para um movimento de crescimento mais robusto. A unidade promoveu um aprimoramento do padrão de qualidade das lojas, que propicia uma melhor experiência de compra, com capacitação das equipes, melhor comunicação visual e o consumidor como centro das atenções. Para isso, foram realizados investimentos em pesquisas, treinamento das equipes e em um programa envolvendo todos os gerentes das lojas com o objetivo de implementar uma cultura de empreendedorismo e mentalidade de dono.

Em seu conjunto, a Ultrapar e seus negócios chegam a 2016 fortalecidos e preparados para estudar as oportunidades de ganho de mercado que a situação econômica brasileira eventualmente venha a oferecer para companhias administradas com o correto equilíbrio entre prudência e ambição. Em suas escolhas estratégicas até aqui, a companhia tem dado passos importantes para se perenizar como instituição, buscando sempre a geração de valor e o crescimento. Esse é o compromisso da Ultrapar.

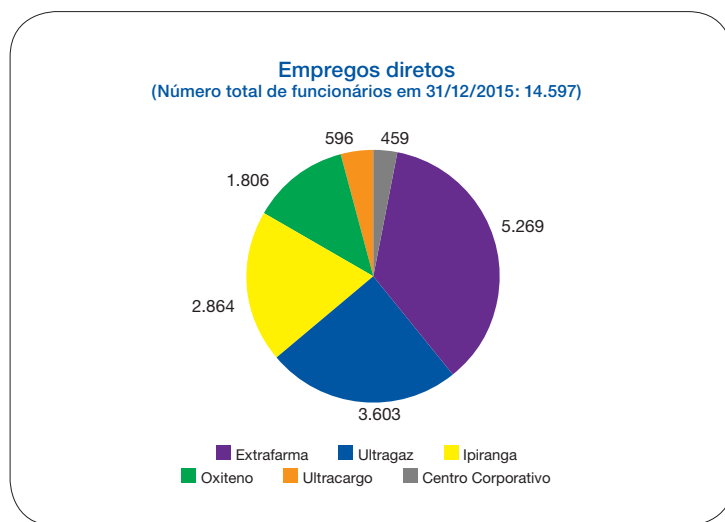
### Filosofia socioambiental, inovação e excelência operacional

A Ultrapar busca manter a valorização da ética nos negócios, da cultura de cidadania e da excelência nos padrões de saúde, segurança e meio ambiente, cultivando uma história de quase 80 anos com seus *stakeholders*.

O Modelo de Sustentabilidade Ultra abrange cinco pilares – Segurança, Meio Ambiente, Pessoas, Produtos e Serviços e Cadeia de Valor, que se desdobram em 28 indicadores de desempenho e gestão, e estão alinhados às diretrizes corporativas de sustentabilidade. Em função das especificidades de cada mercado em que operamos, nossos negócios mantêm políticas individuais relacionadas à atuação socioambiental, de saúde e segurança que têm como base essas diretrizes.

### Pessoas

O capital humano é um componente central na longa trajetória de crescimento da Ultrapar. O modelo de gestão de pessoas adotado pela companhia favorece o desenvolvimento de lideranças e estimula a movimentação de funcionários entre as diferentes áreas, permitindo a troca de experiências profissionais e a disseminação das melhores práticas. Além do programa de desenvolvimento de liderança, a companhia mantém um forte programa de base para estagiários e trainees. Em 2015, aproximadamente 300 jovens participaram dos programas de estágio e trainee no Centro Corporativo e nas nossas unidades de negócio. Em adição, cerca de mil funcionários movimentaram-se entre áreas de uma mesma unidade de negócio ou para outras unidades de negócios da companhia, ampliando o escopo de atuação dos profissionais e promovendo a troca das melhores práticas. Também foram realizadas 300 mil horas de treinamento.



### Cientes, revendedores e fornecedores

A busca da excelência também está presente no relacionamento com os clientes. A paixão pelo cliente move a companhia a empreender esforços para conhecer com maior profundidade as necessidades de seus consumidores, trazendo ao mercado produtos e serviços inovadores e sustentáveis.

Dentro da vertente de diferenciação baseada no uso da inovação em produtos, serviços e conveniência, o Km de Vantagens segue como a principal plataforma de relacionamento com os clientes desenvolvida pela Ipiranga e manteve a posição de maior programa de fidelidade do mercado brasileiro em 2015, com mais de 20 milhões de participantes. No caminho da inovação constante, a Ipiranga lançou, no final de 2015, o Abastece Ai, aplicativo para *smartphone* que integra as plataformas do ConectCar, Km de Vantagens e do posto, oferecendo maior comodidade e benefícios aos seus clientes. O Abastece Ai propicia uma experiência rápida, segura e prática de pagamento.

A Oxiteno tem ampliado sua presença internacional e a proximidade com os clientes, o que inclui a composição de esforços por meio da cocriação de produtos cada vez mais adequados às necessidades específicas de cada cliente, reforçando sua estratégia de inovação através da diferenciação.

A Ultragas tem como importante frente estratégica a busca de novos clientes entre pequenas e médias empresas, em condomínios residenciais e no agronegócio. Um dos pontos fortes da estratégia nesse segmento é a diversificação de soluções para diferentes usos do GLP – um exemplo disso foi o desenvolvimento e lançamento em 2015 de um implemento agrícola utilizado para eliminar ervas daninhas na lavoura sem o uso de agrotóxicos. Desenvolvido tomando como referência modelos importados dos EUA e da França, com as adaptações ao clima tropical o implemento agrícola passou a conservar mais calor e a gastar menos energia, o que representa maior versatilidade e ganhos econômicos.

A Ultracargo, diante do maior desafio de seus 49 anos de história, recebeu apoio de empresas parceiras e clientes, de maneiras diferentes e decisivas, que foi fundamental durante o esforço para o controle e a extinção das chamas que atingiram uma parte do terminal que opera em Santos.

A Extrafarma conta com o Clube Extrafarma, um programa de relacionamento oferecido aos clientes da rede que já possui mais de 3 milhões de participantes cadastrados em sua base. Esta iniciativa tem como objetivo reconhecer a fidelidade de seus clientes, oferecendo produtos e serviços de valor agregado e permitindo que a Extrafarma entenda cada vez mais os hábitos de consumo de seu público.

### Mercado de capitais

Em 2015, as ações da Ultrapar negociadas na BM&FBOVESPA apresentaram valorização de 17%. Segue tabela comparativa com o desempenho e liquidez das ações da Ultrapar:

	2015	2014	Δ (%) 2015 v 2014
Valor de Mercado¹ – R\$ milhões	35.693	28.913	23%
Cotação fechamento – UGPA3 (R\$/ação)	60,45	51,45	17%
Cotação fechamento – Ibovespa (pontos)	43.350	50.007	-13%
Cotação fechamento – UGP (US\$/ADRs)	15,33	19,32	-21%
Cotação fechamento – Dow Jones (pontos)	17.604	17.983	-2%
Volume médio/dia² (ações)	2.130.523	1.710.745	25%
Volume financeiro médio/dia² (R\$mil)	136.671	88.896	54%

1 Calculado a partir do preço médio ponderado no período.  
2 Inclui dados da BM&F Bovespa e NYSE.

Para o ano de 2015, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 871 milhões, aumento de 12% comparado ao ano anterior. Esse montante representa um *dividend yield* de 2,5% sobre o preço médio das ações em 2015. Adicionalmente, foram recompradas 6,1 milhões de ações da Ultrapar, que representam 1,1% do total de ações em circulação.

### Relacionamento com Auditores Independentes

As políticas da Ultrapar e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Ultrapar e suas controladas não contrataram, junto aos seus auditores independentes, trabalhos não diretamente

vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. O valor total dos honorários aos auditores independentes relacionados a serviços de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 2015 foi de R\$ 5,9 milhões.

A Deloitte Touche Tohmatsu iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2012.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2015

#### Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Ultrapar. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Ultrapar e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragas, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de desempenho da mesma incluídos neste relatório referem-se, para o ano de 2014, somente aos meses de fevereiro a dezembro de 2014.

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	2015	2014	Δ (%) 2015 v 2014
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.513</b>	<b>1.251</b>	<b>21%</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social	734	573	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	703	445	
(+) Depreciação e amortização	1.003	888	
<b>EBITDA</b>	<b>3.953</b>	<b>3.158</b>	<b>25%</b>

O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (covenants) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e consequentemente não ser comparável com, nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

### DESEMPENHO COMPARATIVO 2015-2014

	2015	2014	Δ (%) 2015 v 2014
Receita líquida de vendas e serviços	75.655	67.736	12%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(68.934)	(62.305)	11%
Lucro bruto	6.722	5.432	24%
Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(3.838)	(3.289)	17%
Outros resultados operacionais, líquidos	51	107	
Resultado na venda de bens	27	37	-26%
Lucro Operacional	2.962	2.287	30%
EBITDA	3.953	3.158	25%
Depreciações e amortizações	1.003	888	13%
Equivalência patrimonial	(11)	(16)	

# ADMINISTRAÇÃO 2015

Tais informações vêm acompanhadas por relatório dos auditores independentes sem ressalvas, que foi discutido e revisado pela Administração.

## Ambiente econômico-operacional

O ambiente de negócios seguiu desafiador em 2015, com a combinação de desaceleração econômica, redução dos níveis de emprego, inflação acima da meta, juros ascendentes e desvalorização do Real. A instabilidade política criou obstáculos na aprovação dos ajustes fiscais necessários para o país, resultando no rebaixamento de notas do Brasil por agências de *rating*. Com o intuito de conter os crescentes índices de inflação verificados ao longo do ano, o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia, de 11,75% ao final de 2014 para 14,25% ao final de 2015. A projeção para o crescimento do PIB em 2015, divulgado pelo Boletim Focus do Banco Central, começou o ano com perspectiva de crescimento de 0,5% e encerrou apontando para uma retração de quase 4%. A cotação média do dólar frente ao Real em 2015 foi de R\$ 3,33/US\$ em comparação a R\$ 2,35/US\$ em 2014, um aumento de 42%. O número de veículos leves licenciados totalizou 2,5 milhões, permitindo um crescimento estimado em 3% na frota em 2015. A desaceleração na economia global e as decisões de produção dos países membros da OPEP tiveram influência sobre o preço internacional do petróleo, que iniciou o ano cotado a US\$ 56/barril (Brent), permanecendo estável no primeiro semestre e encerrando 2015 a US\$ 36/barril. A queda no preço do petróleo e os aumentos de preço de derivados nas refinarias brasileiras mantiveram os preços médios internos acima dos preços internacionais. No mercado petroquímico, dados da ABIQUIM mostraram queda de 7% em 2015 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, as vendas foram 12% maiores em 2015, seguindo em crescimento nominal, porém inferior ao apresentado nos últimos anos.

## Desempenho operacional

	2015	2014	Δ (%) 2015 v 2014
<b>Volume Total (mil m<sup>3</sup>)</b>	25.725	25.614	0%
<b>Ipiranga</b>			
Diesel	13.096	13.309	-2%
Gasolina, Etanol e GNV	12.249	11.952	2%
Outros <sup>1</sup>	380	353	8%
<sup>1</sup> Óleos Combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas			
<b>Volume Total (mil tons)</b>	725	780	-7%
<b>Composição por produto</b>			
Especialidades	618	673	-8%
<b>Oxiten</b>			
Glicóis	107	107	0%
<b>Composição por geografia</b>			
Vendas no Brasil	522	557	-6%
Vendas no Mercado Externo	203	222	-9%
<b>Volume Total (mil tons)</b>	1.697	1.711	-1%
<b>Ultragaz</b>			
Envasado	1.168	1.155	1%
Granel	529	556	-5%
<b>Ultracargo</b>			
Armazenagem efetiva <sup>2</sup> (mil m <sup>3</sup> )	655	715	-8%
<sup>2</sup> média mensal			
<b>Extrafarma</b>			
Número de lojas	254	223	14%

Na Ipiranga, o volume vendido em 2015 apresentou um leve crescimento de 0,4% sobre 2014. O volume vendido de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) em 2015 cresceu 2% em relação a 2014, em função do crescimento estimado de 3% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados em novos postos e embebeiramentos, parcialmente compensado pelos efeitos do crescimento do desemprego ao longo do ano, e consequente impacto no consumo das famílias. O volume total de diesel caiu 2%, fruto do fraco desempenho da economia. Na Oxiten, o volume vendido de especialidades apresentou queda de 8% em relação ao ano anterior, principalmente em função do efeito da retração da economia brasileira, levando a uma queda de 7% no volume total em relação a 2014. O volume vendido pela Ultragaz apresentou queda de 1% sobre 2014, principalmente em função da retração da economia sobre o segmento granel, parcialmente compensada por captura de clientes nos segmentos de pequenas e médias empresas e condomínios e pelo crescimento de 1% no segmento envasado. A armazenagem média da Ultracargo caiu 8% em relação a 2014, em decorrência, sobretudo, da indisponibilidade parcial do terminal de Santos por conta do incêndio ocorrido no início de abril, parcialmente compensado por maior demanda de combustíveis em Suape e Aratu. A Extrafarma encerrou o ano com crescimento de 14% sobre 2014 no número médio de lojas, em comparação a um crescimento de 8% da Abrafarma, ganhando duas posições em relação a dezembro de 2014 no ranking da Abrafarma, finalizando o ano na 6ª posição.

## Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar apresentou em 2015 uma receita líquida de vendas e serviços de R\$ 75.655 milhões, crescimento de 12% em relação a 2014. Na mesma comparação, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 11%, fruto principalmente dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina nas refinarias em novembro de 2014 e setembro de 2015, além do aumento da CIDE, PIS e Cofins sobre gasolina e diesel a partir de fevereiro de 2015, com reflexos nos custos de etanol. A Oxiten apresentou crescimento de 20% na receita líquida, principalmente em função do Real 42% mais depreciado e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume de vendas e pela queda dos preços das principais matérias-primas. A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 4.621 milhões em 2015, 13% superior a 2014, principalmente em função dos aumentos do custo do GLP nas refinarias para uso no segmento granel, realizados em dezembro de 2014, em setembro de 2015 e em dezembro de 2015, e para o segmento envasado, em setembro de 2015. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 316 milhões, 9% abaixo na comparação com 2014, principalmente em função da indisponibilidade parcial do terminal de Santos, decorrente do incêndio. A receita líquida da Extrafarma cresceu 21% em função do maior número médio de lojas e do crescimento de 11% no *same store sales* ex-telefonia (vendas nas lojas abertas há mais de 12 meses).

## Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 68.934 milhões em 2015, aumento de 11% em relação a 2014. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 11% superior ao de 2014, em função principalmente dos aumentos promovidos pela Petrobras e do aumento da CIDE nos custos do diesel e da gasolina e do maior volume vendido. O custo dos produtos vendidos da

Oxiten apresentou aumento de 7% em relação a 2014, em função do Real 42% mais depreciado, parcialmente compensado pela redução de 22% no custo variável unitário em dólar e pela redução do volume vendido. O custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi 12% superior ao de 2014, explicado pelo aumento do custo do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras e pelos efeitos da inflação sobre os gastos com pessoal. O custo dos serviços prestados pela Ultracargo apresentou aumento de 7% sobre o de 2014, em razão dos efeitos da inflação, principalmente em pessoal. O custo dos produtos vendidos na Extrafarma foram 20% maiores, decorrente de maiores vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

## Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.722 milhões em 2015, aumento de 24% em relação a 2014, em função do crescimento do lucro bruto em todas as unidades de negócio, exceto a Ultracargo, que observou queda em função do incêndio ocorrido em Santos.

## Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 3.838 milhões em 2015, 17% acima de 2014, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de efeitos específicos em cada negócio. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga apresentaram aumento de 12% em relação a 2014 decorrentes (i) da expansão da rede de distribuição, (ii) de maiores despesas com fretes, principalmente em função dos aumentos no diesel e (iii) da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiten aumentaram 32% sobre 2014, em função (i) de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, (ii) da desvalorização do Real sobre despesas logísticas e das unidades internacionais e (iii) dos efeitos da inflação. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz aumentaram 18% sobre 2014, principalmente em função de maiores despesas com remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, e de maiores despesas de propaganda e marketing com a campanha de relançamento da marca Ultragaz, destacando os atributos de sua atual estratégia focada em conveniência e na disponibilização de serviços ao consumidor. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo subiram 7%, excluindo as despesas relacionadas ao incêndio destacadas a seguir em "Outros resultados operacionais". As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma aumentaram 29%, em função (i) do crescimento de 14% no número médio de lojas, (ii) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado ao longo de 2014 e (iii) do início da operação do novo centro de distribuição do Ceará ao final de 2014, parcialmente compensados por menores despesas com integração.

## Outros resultados operacionais

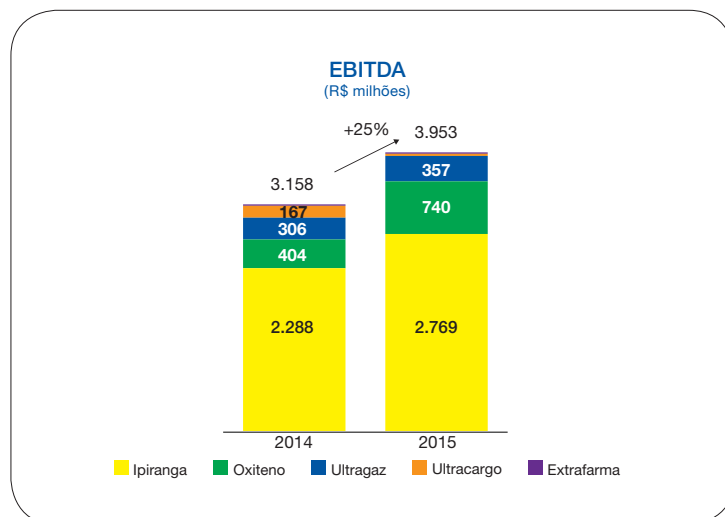
A Ultrapar registrou em 2015 uma receita líquida de despesas, em outros resultados operacionais de R\$ 51 milhões, R\$ 56 milhões inferior ao resultado registrado em 2014, em função (i) de receitas decorrentes da estratégia de constante inovação em serviços e conveniência na Ipiranga, (ii) do reconhecimento de receitas não recorrentes de R\$ 14 milhões, referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da aquisição da Extrafarma, e de R\$ 16 milhões, referentes a um processo judicial de uso da marca ganho pela Ultrapar, parcialmente compensados por despesas relacionadas ao incêndio ocorrido no terminal da Ultracargo em Santos, com impacto de R\$ 92 milhões.

## Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2015 uma receita líquida na venda de bens de R\$ 27 milhões, R\$ 10 milhões abaixo do resultado registrado em 2014.

## EBITDA

O EBITDA consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 3.953 milhões em 2015, crescimento de 25% em relação a 2014. A Ipiranga apresentou um EBITDA de R\$ 2.769 milhões em 2015, 21% acima de 2014, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente, (ii) ao maior volume vendido no ciclo Otto e (iii) a efeitos de importações e ganhos de estoque propiciados pelos ajustes econômicos no mercado brasileiro de derivados. A Oxiten apresentou EBITDA de R\$ 740 milhões, aumento de 83% sobre 2014, em função principalmente da desvalorização do Real frente ao dólar e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume vendido. O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 357 milhões, 17% maior que 2014 fruto sobretudo das iniciativas comerciais da companhia, principalmente na captura de pequenas e médias empresas e condomínios, além da expansão de suas vendas. A Ultracargo atingiu EBITDA de R\$ 26 milhões em 2015, queda de 84% em função da menor movimentação, fruto da indisponibilidade parcial do terminal de Santos e das despesas relacionadas ao incêndio. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram EBITDA de R\$ 93 milhões, redução de 5%, principalmente em função dos efeitos da retração da economia sobre a movimentação de químicos. A Extrafarma registrou EBITDA de R\$ 29 milhões, queda de 4% em relação a 2014, em função de iniciativas para crescimento mais acelerado, incluindo o início da operação do novo centro de distribuição do Ceará e o crescente ritmo de abertura de lojas, cujos benefícios se produzirão nos próximos anos, parcialmente compensadas pelo crescimento em *same store sales*.



## Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2015 foi de R\$ 1.003 milhões, R\$ 115 milhões ou 13% acima de 2014, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

## Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 2.962 milhões em 2015, 30% acima de 2014, em função do maior lucro operacional obtido na Ipiranga, Oxiten e Ultragaz.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 703 milhões em 2015, R\$ 258 milhões acima de 2014, principalmente em função (i) do maior CDI no período, (ii) do maior endividamento líquido, em linha com o crescimento da companhia, (iii) de efeitos cambiais no período e (iv) da incidência do PIS/COFINS sobre a receita financeira a partir de julho.

## Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2015 atingiu R\$ 1.513 milhões, 21% acima do lucro líquido apresentado em 2014, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos, parcialmente compensado pela maior despesa financeira e por maiores despesas e custos com amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

## Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2015 com uma dívida bruta de R\$ 8.902 milhões e caixa bruto de R\$ 3.973 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 4.928 milhões, aumento de R\$ 953 milhões em relação a 2014, em linha com o crescimento da companhia. O endividamento líquido ao final de 2015 corresponde a 1,2x EBITDA dos últimos 12 meses, estável comparado ao índice do final de 2014.

## Investimentos e perspectivas

A Ultrapar deu sequência, em 2015, a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor um número crescente de clientes. Os investimentos, líquidos de desinvestimentos, totalizaram R\$ 1.352 milhões em investimentos orgânicos.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 872 milhões, sendo (i) R\$ 374 milhões na expansão de sua rede de postos (através do embebeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R\$ 115 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para atender a demanda crescente, através da construção e ampliação de bases de operação, (iii) R\$ 86 milhões em modernização, principalmente em bases logísticas, e (iv) R\$ 297 milhões na manutenção de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição e reforma de postos. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R\$ 854 milhões se referem a imobilizações e adições ao intangível, e R\$ 18 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos.

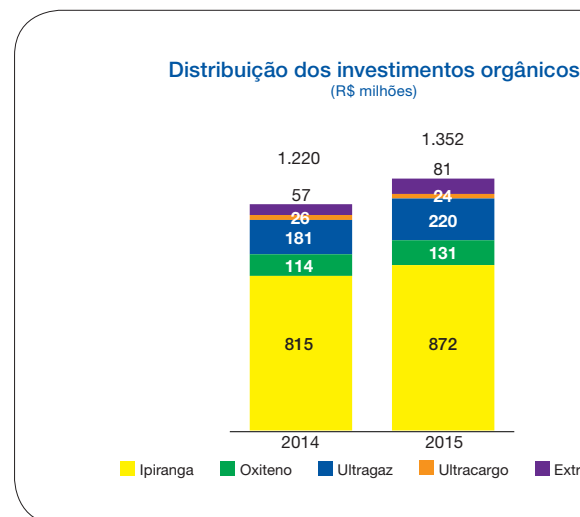
Na Oxiten, o total de investimentos em 2015 foi de R\$ 131 milhões, principalmente na manutenção de suas unidades produtivas e finalização da expansão da capacidade produtiva em Coatzacoalcos, no México.

Para a Ultragaz foram investidos R\$ 220 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel, reposição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento.

A Ultracargo investiu R\$ 24 milhões em 2015, direcionados principalmente à modernização e manutenção dos seus terminais.

A Extrafarma investiu R\$ 81 milhões, destinados principalmente à abertura de novas lojas, manutenção de lojas existentes e projetos de TI voltados ao varejo.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento por escala e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes. Na Ipiranga, o plano contempla investimentos de (i) R\$ 354 milhões para manter o ritmo de expansão da sua rede de distribuição (através do embebeiramento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e em novos centros de distribuição para atender as lojas de conveniência, (ii) R\$ 112 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para suportar seu crescimento, através principalmente da construção e ampliação de bases de operação, e (iii) R\$ 421 milhões na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição, reforma de postos, e sistemas de informação para apoiar suas operações. O investimento aprovado para Oxiten totaliza R\$ 460 milhões em 2016. Esse montante inclui US\$ 65 milhões para a construção de nova unidade de etoxilação em seu site no Texas (EUA), conforme anunciado em novembro de 2015, que será concluída até final de 2017. A nova unidade terá capacidade para produção de 170 mil toneladas ao ano em seu estágio final. O valor remanescente será direcionado à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, e a sistemas de informação. Na Ultragaz, os R\$ 208 milhões de investimentos serão concentrados principalmente (i) na captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) na reposição e aquisição de vasilhames, (iii) na ampliação e manutenção de bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia da informação, com foco em sistemas para apoiar suas operações. A Ultracargo deverá investir R\$ 118 milhões principalmente (i) na modernização dos sistemas de segurança dos terminais, (ii) na expansão do terminal de Itaqui, que deverá entrar em operação em 2017, e (iii) na adequação e manutenção da infraestrutura dos terminais existentes. Na Extrafarma, investiremos R\$ 124 milhões, principalmente na abertura de novas lojas e na manutenção de suas atividades.



Mesmo em face da manutenção de um ambiente econômico desafiador, a Ultrapar segue confiante na concretização de uma trajetória de crescimento sustentável, apoiada nas características dos mercados em que opera e no planejamento e execução consistentes das iniciativas estratégicas em cada uma de suas unidades de negócios.

Nesse contexto, devemos continuar colhendo os benefícios dos investimentos realizados no período recente e previstos para 2016, mantendo o crescimento e o protagonismo conquistados nos segmentos em que atuamos.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e demais públicos por mais um ano de crescimento.



# ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

## Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Pareceres.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369	Financiamentos	14	-	-	1.048.098	2.554.733
Aplicações financeiras	4	6.708	67.864	803.304	1.441.813	Debêntures	14.g	33.560	874.312	47.372	884.900
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	3.167.164	2.604.101	Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	2.385	2.733
Estoques, líquidos	6	-	-	2.495.237	1.925.002	Fornecedores	15	2.636	536	1.460.532	1.279.502
Impostos a recuperar, líquidos	7	48.019	30.713	628.778	593.462	Salários e encargos sociais	16	195	158	404.313	294.579
Dividendos a receber		392.127	448.233	2.710	-	Obrigações tributárias	17	877	110	168.804	138.835
Demais contas a receber		6.051	15.881	29.787	43.342	Dividendos propostos a pagar	22.g	293.460	213.301	298.791	218.375
Despesas antecipadas, líquidas	10	89	39	81.476	67.268	Imposto de renda e contribuição social a pagar		301	-	216.883	134.399
						Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	13.747	11.419
Total do ativo circulante		501.055	681.957	9.911.349	9.502.357	Provisão para retirada de tanques	19	-	-	5.232	4.598
						Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	45.322	64.169
<b>Não circulante</b>						Demais contas a pagar		1.359	236	97.492	80.392
Aplicações financeiras	4	-	-	466.965	130.940	Receita diferida	21	-	-	24.420	23.450
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	152.239	143.806	Total do passivo circulante		332.388	1.088.653	3.833.391	5.692.082
Sociedades relacionadas	8.a	782.404	806.456	490	10.858	<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	8.680	1.479	558.993	462.573	Financiamentos	14	-	-	5.561.401	3.489.586
Impostos a recuperar, líquidos	7	4.037	23.122	135.449	75.404	Debêntures	14.g	799.554	-	2.198.843	1.398.952
Depósitos judiciais	20.a	148	148	740.835	696.835	Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	43.509	44.310
Demais contas a receber		-	-	16.507	5.832	Sociedades relacionadas	8.a	5	-	4.372	4.372
Despesas antecipadas, líquidas	10	-	-	146.664	131.228	Bônus de subscrição - indenização	3.a	112.233	92.072	112.233	92.072
		795.269	831.205	2.218.142	1.657.476	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	266.004	152.847
						Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	4.221	4.201	684.660	623.272
Investimentos em:						Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	112.848	108.372
Controladas	11.a	7.619.441	7.099.524	-	-	Provisão para retirada de tanques	19	-	-	69.484	66.204
Empreendimentos controlados em conjunto	11.a e 11.b	31.514	24.076	79.377	54.508	Demais contas a pagar		-	-	94.139	74.009
Coligadas	11.c	-	-	21.537	13.143	Receita diferida	21	-	-	11.036	7.709
Outros		-	-	2.814	2.814	Total do passivo não circulante		916.013	96.273	9.158.529	6.061.705
Imobilizado, líquido	12	-	-	5.438.895	5.091.971	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível, líquido	13	246.163	246.163	3.293.935	3.158.113	Capital social	22.a	3.838.686	3.838.686	3.838.686	3.838.686
		7.897.118	7.369.763	8.836.558	8.320.549	Reserva de capital	22.c	546.607	547.462	546.607	547.462
Total do ativo não circulante		8.692.387	8.200.968	11.054.700	9.978.025	Reserva de reavaliação	22.d	5.590	5.848	5.590	5.848
						Reservas de lucros	22.e	3.801.999	3.169.704	3.801.999	3.169.704
Total do ativo		9.193.442	8.882.925	20.966.049	19.480.382	Ações em tesouraria	22.b	(490.881)	(103.018)	(490.881)	(103.018)
						Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	22.g	157.162	188.976	157.162	188.976
						Ajustes de avaliação patrimonial	2.c, 2.o e 22.f	18.953	7.149	18.953	7.149
						Ajustes acumulados de conversão	2.c, 2.r e 22.f	66.925	43.192	66.925	43.192
						Patrimônio líquido atribuível a:					
						Acionistas da Ultrapar		7.945.041	7.697.999	7.945.041	7.697.999
						Acionistas não controladores de controladas		-	-	29.088	28.596
						Total do patrimônio líquido		7.945.041	7.697.999	7.974.129	7.726.595
						Total do passivo e do patrimônio líquido		9.193.442	8.882.925	20.966.049	19.480.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	23	-	-	75.655.274	67.736.298
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	-	-	(68.933.702)	(62.304.631)
<b>Lucro bruto</b>				6.721.572	5.431.667
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e comerciais	24	-	-	(2.516.561)	(2.158.659)
Gerais e administrativas	24	-	(13)	(1.321.341)	(1.130.303)
Resultado na venda de bens	25	-	-	56.389	36.978
Outros resultados operacionais, líquidos	26	29.817	-	50.584	106.914
<b>Lucro operacional</b>		29.804	13.823	2.961.530	2.286.597
Receitas financeiras	27	175.398	131.889	426.429	366.009
Despesas financeiras	27	(135.569)	(94.795)	(1.129.767)	(811.416)
Equivalência patrimonial	11	1.457.750	1.208.325	(10.884)	(16.489)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		1.527.383	1.259.242	2.247.308	1.824.701
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	9.b	(31.119)	(18.763)	(801.959)	(615.148)
Diferido	9.b	7.202	1.084	(14.813)	(21.745)
Incentivos fiscais	9.b e 9.c	-	-	82.436	63.405
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.503.466	1.241.563	1.512.972	1.251.213
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		1.503.466	1.241.563	1.503.466	1.241.563
Acionistas não controladores de controladas		-	-	9.506	9.650
<b>Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$</b>					
Básico	28	2.7649	2.2753	2.7649	2.2753
Diluído	28	2.7433	2.2592	2.7433	2.2592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais)

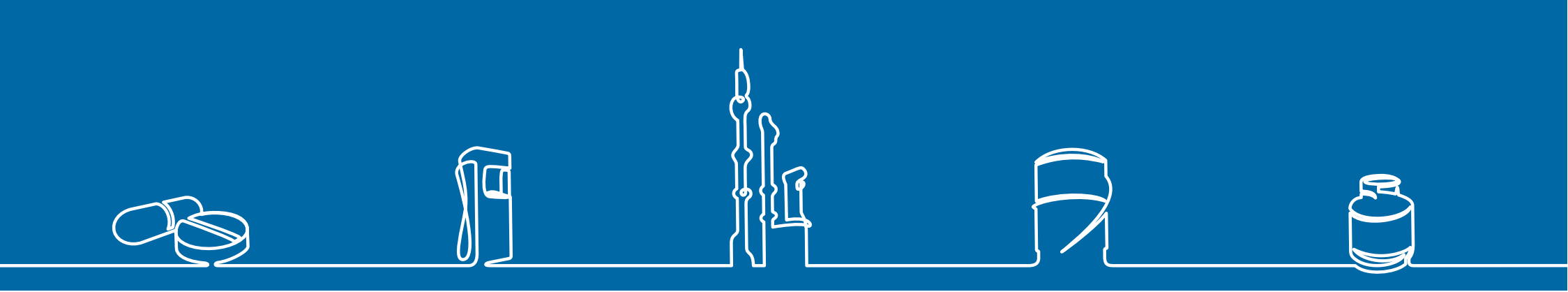
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.503.466	1.241.563	1.503.466	1.241.563
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	9.506	9.650
Lucro líquido do exercício		1.503.466	1.241.563	1.512.972	1.251.213
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 22.f	7.733	46	7.733	46
Ajustes acumulados de conversão, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	2.c, 2.r e 22.f	23.733	5.116	23.733	5.116
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	2.o e 22.f	4.071	1.675	4.071	1.675
Resultado abrangente do exercício		1.539.003	1.248.400	1.548.509	1.258.050
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.539.003	1.248.400	1.539.003	1.248.400
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	9.506	9.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes acumulados		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total	
				Legal	Estatutária para investimentos	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão				Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores		
<b>Saldos em 2013</b>		3.696.773	20.246	6.107	335.099	1.038.467	1.333.066	5.428	38.076	-	(114.885)	161.584	6.519.961	26.925	6.546.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.241.563	-	-	1.241.563	9.650	1.251.213
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 22.f	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	46	-	46
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o e 22.f	-	-	-	-	-	-	1.675	-	-	-	-	1.675	-	1.675
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	2.c, 2.r e 22.f	-	-	-	-	-	-	-	5.116	-	-	-	5.116	-	5.116
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	1.721	5.116	1.241.563	-	-	1.248.400	9.650	1.258.050
Aumento de capital em ações	3.a e 22.a	141.913	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.913	-	141.913
Ágio na subscrição de ações	3.a e 22.c	-	498.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	498.812	-	498.812
Custos na emissão de ações	22.c	-	(2.260)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.260)	-	(2.260)
Venda de ações em tesouraria		-	30.664	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.531	-	42.531
Realização da reserva de reavaliação	22.d	-	-	(259)	-	-	-	-	259	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(32)	-	-	(32)	-	-	(32)
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	227	-	-	(227)	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.714)	-	(2.714)
Aquisição de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)	-	(106)
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.159)	-	(5.159)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	22.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(161.584)	(161.584)	-	(161.584)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	22.e e 22.g	-	-	-	62.078	-	-	-	(62.078)	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,71 por ação da Controladora)	22.g	-	-	-	-	-	-	-	(389.554)	-	-	(389.554)	-	-	(389.554)
Dividendos propostos (R\$ 0,71 por ação da Controladora)	22.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.976	(200.188)	-	-	(200.188)
Retenção de resultados	22.e e 22.g	-	-	-	-	400.767									



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.503.466	1.241.563	1.512.972	1.251.213
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Equivalência patrimonial	11	(1.457.750)	(1.208.325)	10.884	16.489
Depreciações e amortizações	12 e 13	-	22.896	1.002.647	887.827
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-	-	12.146	12.667
Despesas com retirada de tanques	19	-	-	(3.949)	(4.026)
Juros, variações monetárias e cambiais		133.484	97.965	1.582.579	964.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(7.202)	(1.084)	14.813	21.745
Resultado na venda de bens	25	-	(56.389)	(27.276)	(36.978)
Outros		-	-	13.313	3.924
<b>Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto</b>		1.021.917	1.068.332	3.417	2.039
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(615.381)	(212.325)
Estoques	6	-	-	(615.390)	(184.339)
Impostos a recuperar	7	(17.306)	(3.646)	(60.141)	(106.778)
Demais contas a receber		9.830	(2.310)	13.555	(8.209)
Despesas antecipadas	10	(50)	1.868	(14.209)	8.116
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>					
Fornecedores	15	2.100	(597)	181.030	192.061
Salários e encargos sociais	16	37	17	109.734	(19.614)
Obrigações tributárias	17	767	86	29.969	19.086
Imposto de renda e contribuição social		301	-	504.495	437.068
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	-	(503)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	(18.847)	(5.137)
Demais contas a pagar		1.123	(84)	29.235	(20.972)
Receita diferida	21	-	-	970	568
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(8.433)	(19.328)
Impostos a recuperar	7	19.085	(1.658)	(60.045)	(38.039)
Depósitos judiciais		-	-	(44.000)	(80.639)
Demais contas a receber		-	-	(10.675)	802
Despesas antecipadas	10	-	-	(15.437)	461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora 2015	Controladora 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>					
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	10.868	9.521
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	20	16	61.388	(11.959)
Demais contas a pagar		-	-	20.130	(10.814)
Receita diferida	21	-	-	3.327	(1.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(559)	(422.010)	(416.599)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.209.822</b>	<b>1.158.091</b>	<b>3.201.679</b>	<b>2.650.696</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		61.156	(67.600)	573.446	(305.123)
Caixa e equivalentes de caixa - aquisição Extrafarma	3.a	-	-	-	9.123
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(803.503)	(705.936)
Aquisição de intangível	13	-	-	(609.600)	(608.881)
Aporte de capital em controlada	11.a	-	(236.100)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	11.b	-	-	(41.080)	(28.500)
Receita com a venda de bens	25	-	-	78.941	99.087
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos</b>		<b>61.156</b>	<b>(303.700)</b>	<b>(801.796)</b>	<b>(1.540.230)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Financiamentos e debêntures					
Captação	14	799.042	-	2.384.589	1.815.562
Amortização	14	(800.000)	-	(2.824.543)	(925.356)
Juros pagos	14	(153.557)	(75.489)	(855.190)	(639.122)
Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	(5.174)	(5.545)
Dividendos pagos		(822.963)	(775.962)	(831.654)	(783.021)
Aquisição de participação de acionistas não-controladores de controladas		-	-	-	(9)
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria		(388.718)	-	(388.718)	-
Venda de ações em tesouraria		-	42.531	-	-
Custos na emissão de ações	22.c	-	(2.260)	-	(2.260)
Sociedades relacionadas		24.052	(34.262)	-	500
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(1.342.144)</b>	<b>(845.442)</b>	<b>(2.520.699)</b>	<b>(539.348)</b>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira</b>					
<b>Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(71.166)</b>	<b>8.949</b>	<b>(124.476)</b>	<b>551.300</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4	119.227	110.278	2.827.369	2.276.069
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	4	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369
<b>Informações adicionais - transações que não afetaram o caixa:</b>					
Aquisição da Extrafarma - subscrição de ações e bônus de subscrição de ações	3.a	-	719.926	-	719.926
Aquisição da Extrafarma - dívida bruta assumida na data do fechamento	3.a	-	-	-	207.911

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	2015	Controladora 2014	2014	Consolidado 2015	Controladora 2014	Consolidado 2014
<b>Receitas</b>							
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties	23	-	-	-	77.909.310	-	69.566.696
Abatimentos, descontos e devoluções	23	-	-	-	(360.777)	-	(302.915)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)		-	-	-	(23.355)	-	(22.124)
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos		29.784	56.389	56.389	77.860	143.892	143.892
		29.784	56.389	56.389	77.603.038	69.385.549	69.385.549
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>							
Matérias-primas consumidas		-	-	-	(4.146.956)	-	(3.817.076)
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	-	(64.712.767)	-	(58.242.795)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		6.127	(14.566)	(14.566)	(2.178.765)	-	(1.904.000)
Recuperação (perda) de valores de ativos		-	-	-	(6.199)	-	(4.405)
		6.127	(14.566)	(14.566)	(71.044.687)	-	(63.968.276)
		35.911	41.823	41.823	6.558.351	-	5.417.273
<b>Valor adicionado bruto</b>							
<b>Retenções</b>							
Depreciações e amortizações	12 e 13	-	(22.896)	(22.896)	(1.002.647)	-	(887.827)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-	-	-	(12.146)	-	(12.667)
		-	(22.896)	(22.896)	(1.014.793)	-	(900.494)
		35.911	18.927	18.927	5.543.558	-	4.516.779
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>							
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>							
Equivalência patrimonial	11	1.457.750	1.208.325	1.208.325	(10.884)	-	(16.489)
Dividendos de investimentos a custo		33	34	34	-	-	-
Aluguéis e royalties	23	-	-	-	118.601	-	101.000
Receitas financeiras	27	175.398	131.889	131.889	426.249	-	366.009
		1.633.181	1.340.248	1.340.248	534.146	-	450.520
		1.669.092	1.359.175	1.359.175	6.077.704	-	4.967.299
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>							
<b>Distribuição do valor adicionado</b>							
Pessoal e encargos		5.180	-	4.319	-	1.704.536	28
Impostos, taxas e contribuições		25.526	2	14.942	1	1.603.455	26
Despesas financeiras e aluguéis		134.920	8	98.351	7	1.256.741	21
Dividendos distribuídos		871.309	52	778.718	58	874.066	14
Lucros retidos		632.157	38	462.845	34	638.906	11
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>1.669.092</b>	<b>100</b>	<b>1.359.175</b>	<b>100</b>	<b>6.077.704</b>	<b>100</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e comercialização de produtos químicos ("Oxiten"), na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos ("Ultracargo") e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma") - vide nota explicativa nº 3.a. Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 29.

### 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios operacionais e demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Apuração do resultado** - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável. A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas. **c. Ativos financeiros** - Conforme o *International Accounting Standards* ("IAS") 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias: **i.** Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. **ii.** Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. **iii.** Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada. **iv.** Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir: **i.** Contabilidade de proteção (*hedging accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco, a estratégia de condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado ao valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo. **ii.** Contabilidade de proteção (*hedging accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado. **iii.** Contabilidade de proteção (*hedging accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão", enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior. Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 30. **d. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 30 - Risco de crédito de clientes). **e. Estoques** - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseadas na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa

rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações. **f. Investimentos** - As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos investimentos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabeleça que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias. **g. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente. As beneficiárias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens. **h. Arrendamento mercantil** - **i.** Arrendamento mercantil financeiro - Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i). **ii.** Arrendamento mercantil operacional - São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 31.c). **iii.** Intangível - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13): **i.** Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade. **ii.** Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato. **iii.** Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi). **iv.** **Demais ativos** - Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidas de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u). **k. Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c - *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados. **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido** - O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9. **m. Provisão para retirada de tanques** - Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. **n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuem valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20 itens



# ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxitemo México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitemo Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitemo Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitemo USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxitemo Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxitemo Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxitemo Uruguay S.A. ("Oxitemo Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US\$"), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda. A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Conseqüentemente, as informações financeiras da Oxitemo Andina, C.A. ("Oxitemo Andina") estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. Em 10 de fevereiro de 2015, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 33 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos: a) Oficial: o Bolívar ("VEF") é negociado à taxa de 6,30 VEF/US\$ e é aplicável às operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) canalizadas através do CENCOEX - Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela; b) SICAD - Sistema Complementario de Administración de Divisas: o Bolívar é negociado à taxa de 13,50 VEF/US\$, última cotação de 1 de setembro de 2015. Conforme o Convênio Cambial nº 25, somente algumas transações são permitidas, como por exemplo, importação de bens, pagamento de dividendos, entre outras operações. c) SICAD-II: esse mercado cambial foi eliminado com o Convênio Cambial 33, tendo como última cotação 52,1013 VEF/US\$; e d) SIMADI - Sistema Marginal de Divisas: o Bolívar é negociado à taxa variável aproximada de 199 VEF/US\$ em 31 de dezembro de 2015 e é aplicado através do mercado bancário, mercado de varejo e mercado de títulos. Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxitemo Andina e alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD para SIMADI, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, em 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2015 totalizou R\$ 6.243 (ganho de R\$ 2.906 em 2014). **s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos**

- Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 30), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 30), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.i e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das demonstrações financeiras da Oxitemo Andina (nota explicativa nº 2.i), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20, itens a, b), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição - indenização (notas explicativas nº 3.a e 30). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas. **t. Redução ao valor recuperável de ativos** - A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributárias. Para avaliar o valor em uso, a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Sociedade e suas controladas não registram redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados (vide nota explicativa nº 13.i). **u. Ajuste a valor presente** - Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 anos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 109 em 2015 (R\$ 279 em 2014). A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações. **v. Combinação de negócios** - Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurada pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. **w. Demonstrações de valor adicionado** - Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar. **x. Demonstração dos fluxos de caixa** - A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. **y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS** - As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2015:

### Vigente em

• Instrumentos financeiros - IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de impairment para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de hedge.	2018
• Reconhecimento de receita - IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	2018
• Arrendamento mercantil - IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos. **z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras** - A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 17 de fevereiro de 2016.

### 3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados. A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle. Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% de participação no capital social			
			31/12/2015		31/12/2014	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda. (*)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
	Ilhas					
LPG International Inc.	Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda. (b)	Brasil	Ipiranga	-	-	99	1
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (b)	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxitemo	100	-	100	-
Oxitemo Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxitemo	-	99	-	99
Oxitemo Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxitemo	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Uruguay S.A.	Uruguai	Oxitemo	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo México S.A. de C.V.	México	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxitemo	-	100	-	100
	Estados Unidos	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo USA LLC	Estados Unidos	Oxitemo	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxitemo	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Oxitemo Overseas Corp.	Britânicas	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Andina, C.A.	Venezuela	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Europe SPRL	Bélgica	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Colombia S.A.S	Colômbia	Oxitemo	-	100	-	100
Oxitemo Shanghai Trading LTD.	China	Oxitemo	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxitemo	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

(\*) Em outubro de 2015, a razão social da Conveniências Ipiranga Norte Ltda. foi alterada para Icorban - Correspondente Bancário Ltda. Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

**a) Combinação de negócios - aquisição da Extrafarma** - Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Sociedade, através da incorporação da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640.725. Foram emitidos também bônus de subscrição - capital de giro de até R\$ 801.409 ações equivalentes a R\$ 42.138. Em 31 de dezembro de 2014 foi apurado que a Sociedade tinha um contas a receber em função do ajuste de capital de giro no montante de R\$ 12.222, registrado em "demais contas a receber" no ativo circulante. Em 2015 com o acordo final de capital de giro e dívida líquida no montante de R\$ 26.006, a Sociedade reconheceu em "Outros resultados operacionais", a receita de R\$ 13.784 (vide nota explicativa nº 26). Em adição, foram emitidos 7 bônus de subscrição - indenização correspondentes a até 3.205.622 ações. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição - indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2015, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.011.766 ações e totalizavam R\$ 112.233 (2.002.773 ações e totalizavam R\$ 92.072 em 2014). Essa transação não

afetou o fluxo de caixa da Sociedade. O valor da aquisição está apresentado a seguir:

Aumento de capital social	141.913
Ágio na subscrição de ações	498.812
Contas a receber - ajuste de capital de giro	(12.222)
Bônus de subscrição - indenização	91.423
Valor da aquisição	719.926

O valor da aquisição no montante de R\$ 719.926 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados valor justo. O ágio de R\$ 661.553, foi motivado pela entrada da Sociedade no mercado farmacêutico de varejo e atacado no Brasil e a Extrafarma trazer uma escala inicial significativa, uma excelente rede de drogarias como ponto de partida e conhecimento e experiência específica do setor de atuação. A base fiscal dedutível do ágio é R\$ 780.239. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	Valores	Vida útil	Método de amortização
Marca - Extrafarma	72.523	Indefinida	-
Programa de fidelidade - Clube Extrafarma	31.953	4 anos	Linear
Carteira de clientes atacado	17.346	10 anos	Linear
Outros	517	Por contrato	Linear
Total	122.339		

O quadro a seguir resume os saldos dos valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo circulante	Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Financiamentos <sup>(1)</sup>
9.123	179.818
Contas a receber	Fornecedores
65.104	118.769
Estoques	Salários e encargos a pagar
154.937	16.539
Impostos a recuperar	Impostos e contribuições a pagar
12.385	3.150
Outros	Receita diferida
5.109	6.316
246.658	329.744

Ativo não circulante	Passivo não circulante
Imobilizado	Financiamentos <sup>(1)</sup>
48.838	28.093
Intangível	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
135.636	65.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Outros
56.408	7.097
Depósitos judiciais	
1.284	100.707
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	
661.553	
903.719	430.451
Total dos ativos adquiridos e do ágio	Valor da aquisição
1.150.377	719.926

<sup>(1)</sup> A dívida bruta assumida na data da aquisição totaliza R\$ 207.911.

Os custos com a aquisição relacionados a advogados e consultorias foram reconhecidos no resultado do exercício em despesas gerais e administrativas e representaram aproximadamente 2% do valor da transação. Adicionalmente, a Sociedade reconheceu no patrimônio líquido, deduzindo a reserva de capital, o montante de R\$ 2.260 de gastos com advogados e auditoria externa relativos a custos de transação com a emissão de ações para os acionistas de Extrafarma. O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade em 2014, com se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	2014
Receita líquida de vendas e serviços	67.824.629
Lucro operacional	2.287.695
Lucro líquido do exercício	1.248.369
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 28)	2.2701
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 28)	2,2540

**b) Reorganização societária** - Em 10 de dezembro de 2014, a Sociedade e a controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP"), aumentaram o capital na Isa-Sul Administração e Participações Ltda. ("Isa-Sul") no montante de R\$ 995.696 com a emissão de 995.696.017 novas quotas. Todas as quotas foram subscritas e integradas com as ações ordinárias da Extrafarma detidas pela Sociedade. Após esta reorganização societária, a Sociedade passou a ser a controladora direta da Isa-Sul e a Isa-Sul passou a ser a controladora da Extrafarma. Em 31 de outubro de 2015, a Sociedade aumentou o capital social da IPP no montante de R\$ 996.886 com o aporte de 995.696.017 quotas de emissão da Isa-Sul. Após esta etapa, a Isa-Sul passou a ser a controladora direta da IPP e a Extrafarma passou a ser controlada indireta da IPP. Em 1 de dezembro de 2015, foi realizada a incorporação da Isa-Sul por sua controlada Extrafarma, com versão da integridade do patrimônio. Após esta reorganização societária, a Extrafarma passou a ser a controlada direta da IPP e a Isa-Sul foi extinta.

### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros. Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 30 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas. O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.973.162 em 2015 (R\$ 4.400.122 em 2014) e estão distribuídos conforme abaixo:

• **Caixa e equivalentes de caixa** - São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	120	96	92.160	47.426
Em moeda estrangeira	-	-	99.856	85.870
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	47.941	119.131	2.497.903	2.690.638
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa			12.974	3.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369

• **Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	6.708	67.864	801.587	902.683
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	35.013	505.574
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)			433.669	164.496
Total de aplicações financeiras	6.708	67.864	1.270.269	1.572.753
Circulante	6.708	67.864	803.304	1.441.813
Não circulante	-	-	466.965	130.940

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 30).

### 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	2015		2014	
	Clientes nacionais	Financiamentos a clientes - Ipiranga	Clientes estrangeiros	( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
	2.971.019	2.424.756	350.119	310.062
	199.081	191.533	(200.81	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL	52.055	53.835	197.890	182.602
ICMS	-	-	350.325	296.747
Provisão para perdas de ICMS (1)	-	-	(64.891)	(67.657)
PIS e COFINS	-	-	248.254	207.694
Imposto sobre Valor Adicionado – IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	22.791	40.035
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	4.542	4.157
Outros	1	-	5.316	5.288
Total	52.056	53.835	764.227	668.866
Circulante	48.019	30.713	628.778	593.462
Não circulante	4.037	23.122	135.449	75.404

(1) A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2013	65.180
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	20.888
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(18.411)
Saldo em 2014	67.657
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(2.766)
Saldo em 2015	64.891

### 8 PARTES RELACIONADAS

#### a. Sociedades relacionadas

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro
	Debêntures (1)	Contas a pagar			
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	782.404	-	-	-	146.185
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5	-	-
Total em 2015	782.404	-	5	-	146.185

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro
	Contas a receber (2)	Debêntures (1)	Total		
Companhia Ultragaz S.A.	14.685	-	14.685	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	2.026	-	2.026	-	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.532	-	2.532	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	3.545	-	3.545	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	7.090	776.578	783.668	-	119.806
Total em 2014	29.878	776.578	806.456	-	119.806

(1) Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

(2) Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c)

**Consolidado** - Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber(1)	A pagar(1)
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	23.784
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2015	490	4.372	12.553	31.852

	Mútuos/AFAC		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber(1)	A pagar(1)
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368(2)	-	-	1.061
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	10.499	1.494
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2014	10.858	4.372	10.499	2.555

(1) Incluídas nas rubricas de "contas a receber de clientes" e "fornecedores", respectivamente. (2) Em 28 de janeiro de 2015, a controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A.") capitalizou este Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – "AFAC" (vide nota explicativa nº 11.c).

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	12.353
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	615.014
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.205	-
Total em 2015	18.211	627.367

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.725
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	59.162
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.887	-
Total em 2014	18.893	71.887

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contém cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas. **b. Pessoal-chave da administração Consolidado** - A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas. A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus à remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b). A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Remuneração de curto prazo	37.759	30.187
Remuneração em ações	6.126	5.462
Benefício pós-emprego	2.936	3.660
Remuneração de longo prazo	2.302	1.684
Total	49.123	40.993

**c. Plano de ações** - Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 ("Plano de Ações"). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da sua propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão. O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações transferidas da outorgada	Prazo para a transferência das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(7.583)	33.627
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(1.869)	4.131
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(4.513)	6.941
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(10.347)	8.751
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(3.656)	1.616
10 de novembro de 2010	173.336	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.319)	1.283
16 de dezembro de 2009	83.328	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.843)	312
8 de outubro de 2008	-	2013 a 2015	9,99	8.090	(8.090)	-
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(3.045)	277
14 de dezembro de 2005	-	2015	8,21	1.060	(1.060)	-
	1.727.264			112.262	(65.324)	56.938

Em 2015, a amortização de R\$ 16.935 (R\$ 12.289 em 2014) foi registrada como despesa geral e administrativa. O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 2013	1.886.028
Ações outorgadas em 3 de fevereiro de 2014	150.000
Ações outorgadas em 5 de março de 2014	83.400
Ações outorgadas em 9 de dezembro de 2014	590.000
Ações transferidas aos administradores	(496.564)
Saldo em 2014	2.212.864
Ações transferidas aos administradores	(455.600)
CANCELAMENTO de outorgas de ações devido à interrupção de vínculo empregatício do administrador beneficiado	(30.000)
Saldo em 2015	1.727.264

### 9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**a. Imposto de renda e contribuição social diferidos** - A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	41.428	55.527
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	15	140.707	128.365
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	42.297	40.729
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	989	457
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	33.894	48.162
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	72.691	68.458
Provisão para retirada de tanques	-	-	22.418	21.116
Demais provisões	8.658	1.464	145.336	59.802
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	59.233	39.957
Total	8.680	1.479	558.993	462.573
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.887	3.009
Arrendamento mercantil	-	-	4.426	4.948
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	184.951	77.266
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	17.794	11.183
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	47.110	49.181
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	2.855	5.097
Demais provisões	-	-	5.981	2.163
Total	-	-	266.004	152.847

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada da seguinte forma:

	2015	2014
Saldo inicial	309.726	274.633
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(14.813)	(21.745)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.250)	(863)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	-	56.408
Outros	326	1.299
Saldo final	292.989	309.726

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	3	195.705
De 1 a 2 anos	1.629	88.552
De 2 a 3 anos	1.607	44.149
De 3 a 5 anos	3.214	69.225
De 5 a 7 anos	1.855	111.256
De 7 a 10 anos	372	50.106
	8.680	558.993

**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado** - Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora	Consolidado		
2015	2014	2015	2014	
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	69.633	50.917	2.258.192	1.841.190
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(23.675)	(17.312)	(767.785)	(626.005)

	Controladora	Consolidado
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis (i)	(277)	(405)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-
Demais ajustes	24	25
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(23.917)	(17.679)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(23.917)	(17.679)
Corrente	(31.119)	(18.763)
Diferido	7.202	1.084
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34,3	34,7

(i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões; (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões; (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferirem receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculadas sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

**c. Incentivos fiscais - SUDENE** - As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia (1)	75	2012
	Base de Mataripe (2)	75	2024
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pelo Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar ("Tequimar") na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão. (1) Em 22 de dezembro de 2015 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em virtude de ampliação efetuada na base de Caucaia. (2) Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, através de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias. **d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar** - Em 2015, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 190.359 (R\$ 126.624 em 2014) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 129.368 (R\$ 92.233 em 2014), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 59.233 em 2015 (R\$ 39.957 em 2014).

### 10 DESPESAS ANTECIPADAS (CONSOLIDADO)

	2015	2014
Aluguéis	114.439	99.285
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	45.889	61.183
Propaganda e publicidade	25.195	6.103
Prêmios de seguros	24.644	20.295
Manutenção de software	8.937	6.790
Compras de vale alimentação e transporte	1.757	1.559
Tributos e demais despesas antecipadas	7.279	3.281
	228.140	198.946

Circulante	81.476	67.268
Não circulante	146.664	131.228

### 11 INVESTIMENTOS

**a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	28.500	28.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.375	-	1.375
Equivalência patrimonial	181	(50)	(18.747)	(18.616)
Dividendos recebidos	(1.137)	-	-	(1.137)
Saldo em 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	37.080	37.080
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	4.000	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.535	-	1.535
Equivalência patrimonial	699	8.248	(23.234)	(14.287)
Dividendos recebidos	(1.114)	(2.345)	-	(3.459)
Saldo em 2015	4.545	31.514	43.318	79.377

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Receita líquida	12.026	974.807	18.410
Custos e despesas operacionais	(10.198)	(926.392)	(89.431)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(430)	(20.768)	24.553
Lucro (prejuízo) líquido	1.398	27.647	(46.468)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	2.762	160.789	38.852
Ativo não circulante	8.066	102.738	53.236
Passivo circulante	908	101.083	41.143
Passivo não circulante	-	89.935	-
Patrimônio líquido	9.920	72.509	50.945
Receita líquida	10.490	233.308	9.981
Custos e despesas operacionais	(10.114)	(232.634)	(66.797)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(14)	(825)	19.323
Lucro (prejuízo) líquido	362	(151)	(37.493)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

**c. Sociedades coligadas (Consolidado)** - A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural. A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no pólo petroquímico de Mauá. A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada Companhia Ultragas S.A. ("Cia. Ultragas") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2015, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2015. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Total
Saldo em 2013	5.962	2.144	3.635	-	11.741
Dividendos recebidos	(725)	-	-	-	(725)
Equivalência patrimonial	975	946	41	165	2.127
Saldo em 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 (1)	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.924)	(3.453)	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	1.455	1.995	8	(55)	3.403
Saldo em 2015	5.743	12.000	3.684	110	21.537

(1) Conforme nota explicativa nº 8.a) - Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Receita líquida	10.628	42.799	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(4.703)	(14.050)	(34)	(172)	1.792
Resultado financeiro e imposto de renda	(7)	(9.973)	49	8	14
Lucro (prejuízo) líquido	5.918	18.776	15	(164)	1.806
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.832	12.434	103	923	231
Ativo não circulante	19.978	77.199	10.358	1.682	2.830
Passivo circulante	632	2.771	-	403	80
Passivo não circulante	332	74.502	3.109	1.708	3.144
Patrimônio líquido	24.846	12.360	7.352	494	(163)
Receita líquida	8.525	32.972	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(4.543)	(27.174)	(45)	344	442
Resultado financeiro e imposto de renda	(84)	(2.013)	127	990	(13)
Lucro líquido	3.898	3.785	82	1.334	429
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

**12 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)**

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

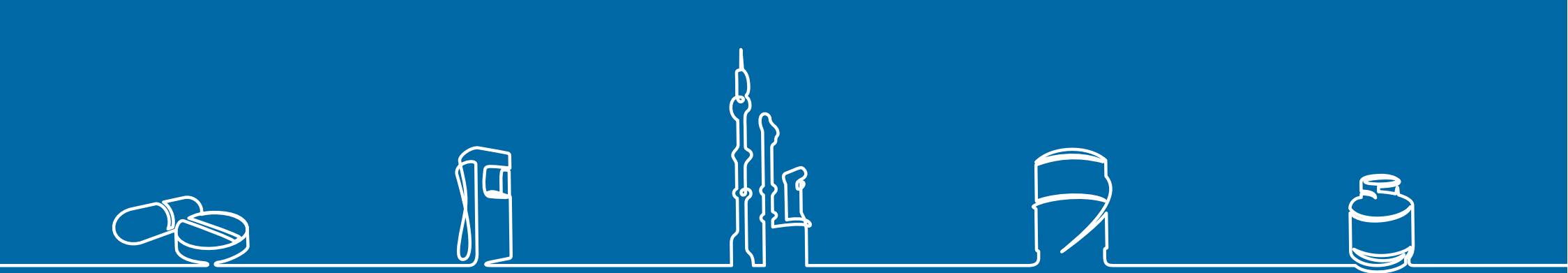
	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)						
	Saldo em 2014	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Varição cambial	Saldo em 2015
Custo:							
Terrenos	-	476.107	45.843	-	3.077	(4.947)	4.079
Edificações	31	1.275.728	14.521	-	86.725	(4.060)	9.689
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	631.342	17.825	-	55.615	(3.599)	-
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	99.038	-	108.286	(12.300)	(112.660)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.096.563	121.746	-	81.386	(17.233)	-
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	83.608	-	2.777	(39.725)	-
Veículos	7	244.467	21.883	-	11.358	(18.341)	(591)
Móveis e utensílios	9	156.115	14.198	-	4.888	(440)	(4.066)
Obras em andamento	-	372.974	373.774	-	(337.967)	(2.550)	31.302
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	10.685	-	(18.095)	-	8
Importações em andamento	-	59	1.959	-	(817)	-	-
Equipamentos de informática	5	239.930	24.255	-	1.124	(4.810)	186
		9.916.978	829.335	-	(1.643)	(108.005)	(72.053)
Depreciação acumulada:							
Edificações		(565.308)	-	(40.766)	15	1.919	12.309
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(48.132)	1	2.661	-
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(234.792)	(240)	9.005	143.173
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(116.010)	-	9.287	-
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(34.392)	(136)	16.295	-
Veículos		(90.004)	-	(15.769)	369	12.126	821
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(10.050)	-	323	4.951
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(16.872)	(7)	3.667	(722)
		(4.817.766)	-	(516.783)	2	55.283	160.532
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores		-	(83)	-	-	-	-
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	2	(199)	(659)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	(1.137)	-	2.964	(671)	(4.739)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		-	(1.342)	-	-	36	-
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	683	-
Móveis e utensílios		(4)	(1)	-	-	4	-
		(7.241)	(2.563)	-	-	3.689	(870)
Custo líquido		5.091.971	826.772	(516.783)	(1.641)	(49.033)	87.609

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)		Saldo em 2013	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Saldo inicial da Extrafarma (1)	Varição cambial	Saldo em 2014
Custo:										
Terrenos	-	-	458.619	6.586	-	16.126	(6.668)	-	1.444	476.107
Edificações	30	-	1.219.746	8.781	-	53.395	(11.189)	-	4.995	1.275.728
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	-	549.841	9.104	-	51.047	(1.634)	23.023	(39)	631.342
Máquinas e equipamentos	13	-	3.745.901	81.454	-	77.810	(6.957)	6.365	4.902	3.909.475
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	-	1.939.720	103.387	-	76.431	(22.975)	-	-	2.096.563
Tanques e vasilhames para GLP	12	-	460.596	85.958	-	-	(51.863)	-	-	494.691
Veículos	8	-	213.635	25.207	-	18.642	(18.668)	5.554	97	244.467
Móveis e utensílios	9	-	126.758	13.094	-	2.116	(1.030)	14.923	254	156.115
Obras em andamento	-	-	302.076	328.034	-	(266.699)	(1.150)	6.752	3.961	372.974
Adiantamentos a fornecedores	-	-	27.558	26.320	-	(32.100)	(2.251)	-	-	19.527
Importações em andamento	-	-	130	1.723	-	(1.690)	-	-	(104)	59
Equipamentos de informática	5	-	206.286	25.830	-	714	(1.556)	8.683	(27)	239.930
			9.250.866	715.478	-	(4.208)	(125.941)	65.300	15.483	9.916.978

Depreciação acumulada:										
Edificações		(533.776)	-	(37.671)	(26)	6.171	-	(6)	(565.308)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(269.598)	-	(40.367)	(280)	1.146	(4.585)	37	(313.647)	
Máquinas e equipamentos		(1.939.238)	-	(226.811)	312	5.875	(1.756)	3.228	(2.158.390)	
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.066.425)	-	(115.095)	2	17.444	-	-	(1.164.074)	
Tanques e vasilhames para GLP		(221.321)	-	(29.653)	-	19.973	-	-	(231.001)	
Veículos		(87.860)	-	(12.509)	-	12.922	(2.503)	(54)	(90.004)	
Móveis e utensílios		(93.246)	-	(9.449)	(3)	902	(3.624)	(63)	(105.483)	
Equipamentos de informática		(173.942)	-	(13.206)	(37)	1.417	(3.994)	(97)	(189.859)	
		(4.385.406)	-	(484.761)	(32)	65.850	(16.462)	3.045	(4.817.766)	

Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	(459)	-	-	-	-	-	(3)	(462)
Máquinas e equipamentos		(5.027)	(1.451)	-	-	592	-	(9)	(5.895)	
Equipamentos de informática		(6)	(677)	-	-	-	-	-	(683)	
Móveis e utensílios		(5)	-	-	-	1	-	-	(4)	
		(5.235)	(2.587)	-	-	593	-	(12)	(7.241)	
Custo líquido		4.860.225	712.891	(484.761)	(4.240)	(59.498)	48.838	18.516	5.091.971	

(1) Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 14 FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

#### a. Composição

Descrição	2015	2014	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 2015-% a.a.		Vencimento
Moeda estrangeira:						
Financiamento externo (c.1) (*)	1.111.721	603.002	US\$ + LIBOR (i)	+0,7		2017 a 2018
Financiamento externo (c.1) (*)	576.645	-	US\$	+2,1		2017 a 2018
Financiamento externo (c.2) (c.3) (c.4)	397.586	158.039	US\$ + LIBOR (i)	+1,4		2017 a 2018
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	222.478	184.057	US\$	+1,5		< 351 dias
Instituições financeiras (e)	142.779	113.873	US\$	+2,8		2016 a 2017
Instituições financeiras (e)	77.800	53.254	US\$ + LIBOR (i)	+2,0		2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	50.132	25.409	US\$	+1,3		< 60 dias
Instituições financeiras (e)	27.110	32.343	MX\$ + TIIE (ii)	+1,0		2016
BNDES (d)	24.057	33.160	US\$	+6,0		2016 a 2020
Notas no mercado externo (b)	-	664.078	US\$			
Subtotal	2.630.308	1.867.215				
Moeda nacional:						
Banco do Brasil pós-fixado (f)	3.115.752	2.873.622	CDI	105,0		2016 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.413.101	1.409.540	CDI	107,9		2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (g.4)	833.114	-	CDI	108,3		2018
BNDES (d)	409.339	530.983	TJLP (iii)	+2,7		2016 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	158.648	-	CDI	101,5		2018
Banco do Nordeste do Brasil	66.096	85.068	R\$	+8,5		2016 a 2021
FINEP	61.724	74.774	R\$	+4,0		2016 a 2021
BNDES (d)	49.681	62.581	R\$	+4,6		2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro (i)	45.480	45.883	IGP-M (iv)	+5,6		2016 a 2031
BNDES (d)	30.878	-	SELIC (v)	+2,2		2016 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	27.039	25.744	R\$	+8,0		2016
FINEP	11.174	9.078	TJLP (iii)	-1,4		2016 a 2023
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	1.160	3.445	R\$	+10,3		2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	319	475	CDI	+2,8		2016 a 2017
FINAME	255	484	TJLP (iii)	+5,6		2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	95	686	R\$	+15,4		2016 a 2017
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	-	503.898				
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	-	874.312				
Subtotal	6.223.855	6.500.573				
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	47.445	7.424				
Total	8.901.608	8.375.212				
Circulante	1.097.855	3.442.364				
Não circulante	7.803.753	4.932.848				

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 30 – Contabilidade de proteção).

(i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*. (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio. (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2015, a TJLP estava fixada em 7% a.a. (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. (v) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2015	2014
De 1 a 2 anos	3.393.586	571.991
De 2 a 3 anos	3.165.603	2.390.747
De 3 a 4 anos	1.155.809	894.301
De 4 a 5 anos	38.585	1.006.869
Mais de 5 anos	50.170	68.940
Total	7.803.753	4.932.848

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.J). Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 30). **b. Notas no mercado externo** - Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiteno S.A. As notas foram liquidadas pela LPG na data do seu vencimento. **c. Financiamentos externos** - 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 30). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade. Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18 (*)	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

(\*) A controlada IPP renegotiou financiamento externo, com vencimento em novembro de 2015, no valor principal de US\$ 80 milhões, alterando seu vencimento para novembro de 2018.

2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. (“Oxiteno Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultrazag, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 30). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A. 3) A controlada LPG contratou financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. 4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas: • Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5. • Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5. A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. **d. BNDES** - A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro. Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado: • nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e • nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3. A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento. **e. Instituições financeiras** - As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro. **f. Banco do Brasil** - A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP renegotiou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R\$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI. A controlada IPP renegotiou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em maio de 2015, no valor principal total de R\$ 200 milhões, alterando seus vencimentos para novembro de 2017 e abril de 2018 com taxa pós-fixada de 107% do CDI. Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2015):

Vencimento	2015	2014
fev/16	226.016	
mai/16	133.428	
jan/17	1.146.711	
jul/17	177.453	
nov/17	101.565	
jan/18	177.453	
abr/18	101.566	
mai/19	1.051.560	
Total	3.115.752	

**g. Debêntures** - 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 600 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

4) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira. **h. Nota de crédito à exportação** - A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R\$ 17,5 milhões e R\$ 10,0 milhões, com vencimentos em março e agosto de 2016, respectivamente e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em maio de 2015, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargos financeiros pós-fixados de 101,5% do CDI, pagos trimestralmente. Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 30), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. **i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro** - A controlada Cia. Ultrazag mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031. A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, software e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses. Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	2015		Móveis, máquinas e equipamentos		Total
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Equipamentos	
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890	438	95	-	20.423
Financiamento (valor presente)	45.480	396	18	-	45.894
Circulante	2.107	260	18	-	2.385
Não circulante	43.373	136	-	-	43.509

	2014		Móveis, máquinas e equipamentos		Total
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Equipamentos	
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	24.720	883	1.483	1.283	28.369
Financiamento (valor presente)	45.883	874	163	124	47.044
Circulante	1.950	515	145	124	2.734
Não circulante	43.933	359	18	-	44.310

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	2015		Móveis, máquinas e equipamentos		Total
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Equipamentos	
Até 1 ano	4.371	287	18	18	4.676
De 1 a 2 anos	4.371	155	-	-	4.526
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	-	4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	-	4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	-	4.371
Mais de 5 anos	45.165	-	-	-	45.165
Total	67.020	442	18	18	67.480

	2014		Móveis e utensílios		Total
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática e software	Veículos	Utensílios	
Até 1 ano	4.238	566	155	123	5.082
De 1 a 2 anos	4.238	288	18	-	4.544
De 2 a 3 anos	4.238	155	-	-	4.393
De 3 a 4 anos	4.238	-	-	-	4.238
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	48.024	-	-	-	48.024
Total	69.214	1.009	173	123	70.519

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

**j. Custos de transação** - Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Saldo em 2014	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2015
Banco do Brasil (f)	0,3	14.474	600	(3.191)	-	11.883
Financiamento externo (c)	0,3	3.016	3.151	(1.518)	-	4.649
Debêntures (g)	0,0	2.157	958	(1.314)	-	1.801
Notas no mercado externo (b)	0,2	1.309	-	(1.309)	-	-
Outros	0,5	318	367	(140)	-	545
Total		21.274	5.076	(7.472)	-	18.878

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Saldo em 2013	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2014
Banco do Brasil (f)	0,4	19.797	-	(5.323)	-	14.474
Financiamento externo (c)	0,3	504	3.140	(628)	-	3.016
Debêntures (g)	0,2	4.730	1.422	(3.995)	-	2.157
Notas no mercado externo (b)	0,2	2.309	-	(1.000)	-	1.309
Outros	0,1	412	30	(124)	-	318
Total		27.752	4.592	(11.070)	-	21.274

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	2.894	3.473	3.881	1.635	-	-	11.883
Financiamento externo (c)	2.425	1.459	765	-	-	-	4.649
Debêntures (g)	644	716	441	-	-	-	1.801
Outros	190	222	71	45	16	-	545
Total	6.153	5.870	5.158	1.680	16	-	18.878

**k. Garantias** - Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 52.312 em 2015 (R\$ 50.570 em 2014) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 4.369.977 em 2015 (R\$ 3.779.450 em 2014). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 187.551 em 2015 (R\$ 173.644 em 2014) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 133.154 em 2015. Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 27.106 em 2015 (R\$ 26.684 em 2014), com vencimentos de até 213 dias. Até 31 de dezembro de 2015, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 656 em 2015 (R\$ 646 em 2014), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras. A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

### 15 FORNECEDORES (



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

**19 PROVISÃO PARA RETIRADA DE TANQUES (CONSOLIDADO)**

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m). A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2015	2014
Saldo inicial	70.802	69.661
Adições (novos tanques)	625	709
Gastos com tanques retirados	(3.949)	(4.026)
Despesa com atualização	7.238	4.458
Saldo final	74.716	70.802
Circulante	5.232	4.598
Não circulante	69.484	66.204

**20 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)**

**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2014	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 2015
IRPJ e CSLL (a.1.1)	406.478	-	-	33.445	439.923
PIS e COFINS (a.1.2)	119.237	-	-	16.581	135.818
ICMS	20.829	(3.503)	(726)	-	16.600
Previdenciárias	10.483	317	(212)	867	11.455
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	58.336	6.689	(4.860)	128	60.293
Trabalhistas (a.3.1)	71.516	6.335	(13.653)	1.190	65.388
Outras	562	7	(88)	24	505
Total	687.441	13.348	(22.316)	51.509	729.982
Circulante	64.169	-	-	-	45.322
Não circulante	623.272	-	-	-	684.660

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 548.150 em 2015 (R\$ 505.650 em 2014). **a.1) Provisões tributárias e previdenciárias** - a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultrazag e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana") ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 422.678 em 2015 (R\$ 388.675 em 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente. a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultrazag, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA"), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 99.874 em 2015 (R\$ 92.457 em 2014). **a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias** - a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 60.293 em 2015 (R\$ 58.336 em 2014). **a.3) Provisões trabalhistas** - a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 65.388 em 2015 (R\$ 71.516 em 2014) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem basicamente em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista. **b. Passivos contingentes (possíveis)** - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.069.516 em 2015. **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.261.396 em 2015, dos quais se destacam: b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 154.821 em 2015. b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 509.604 em 2015. Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 294.454, dos quais R\$ 119.663 se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 105.070; de diferenças de estoque no valor de R\$ 103.428 relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R\$ 6.652. b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 308.377 em 2015. **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 582.960 em 2015, dos quais se destacam: b.2.1) A controlada Cia. Ultrazag respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.2) Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo imputou multa de R\$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada a respectiva impugnação ainda na esfera de primeira instância, junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. Para maiores informações vide nota explicativa nº 32. **b.3) Passivos contingentes trabalhistas** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 225.160 em 2015, dos quais destaca-se: b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPECO), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

**21 RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)**

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2015	2014
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	16.988	14.785
Programa de fidelidade Km de Vantagens	10.569	10.025
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	7.899	6.349
	35.456	31.159
Circulante	24.420	23.450
Não circulante	11.036	7.709

**Programa de fidelidade** - A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postopiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas. A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drograrias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas. A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram. **Taxa inicial de franquia** - A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.909 lojas (1.708 lojas em 2014). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2015 eram representadas por 1.466 lojas (1.337 lojas em 2014). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

**22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social** - A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVES-PA sob o código UGP3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depository Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 60,45. Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Sociedade e da Extrafarma, a emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações. Para maiores informações (vide nota explicativa nº 3.a). Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2015 estavam em circulação no exterior 29.385.497 ações ordinárias na forma de ADRs (31.714.297 ações em 31 de dezembro de 2014). **b. Ações em tesouraria** - A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1990, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou programa de recompra de ações de sua emissão ("Programa de Recompra 2014/15"), com prazo máximo de 365 dias contados a partir de 12 de dezembro de 2014 e quantidade máxima de ações a ser adquirida de 6.500.000 ações ordinárias. Foram adquiridas pela Sociedade no Programa de Recompra 2014/15, 6.143.200 ações ao custo médio de R\$ 63,07 por ação. Em 31 de dezembro de 2015, 13.321.356 ações ordinárias (7.148.156 ações em 2014) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,85 (R\$ 14,42 em 2014). **c. Reserva de capital** - A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na (nota explicativa nº 8.c). Por conta da emissão das 12.021.100 ações ordinárias ocorrida em 31 de janeiro de 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultra par na data da emissão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a). Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva. **d. Reserva de reavaliação** - A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas. **e. Reservas de lucros** - Reserva legal - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. Reserva de retenção de lucros - Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva estatutária para investimentos - Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social. As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 3.329.649 em 2015 (R\$ 2.772.527 em 2014). **f. Outros resultados abrangentes** - Ajustes de avaliação patrimonial - São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de compromissos firmes de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro. Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego	Total de ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira
Em 2013	-	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de hedge de investimentos	-	-	-	-	5.116
Variação de valor justo	-	46	-	46	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	2.538	2.538	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(863)	(863)	-
Em 2014	-	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de hedge de investimentos	-	-	-	-	23.733
Variação de valor justo	6.261	1.472	-	7.733	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	6.321	6.321	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(2.250)	(2.250)	-
Em 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925

**g. Dividendos** - Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 389.164 (R\$ 0,71 - setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, pagos a partir de 13 de março de 2015, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2015. Em 5 de agosto de 2015, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2015, no montante de R\$ 436.842 (R\$ 0,80 - oitenta centavos de Real por ação), pagos a partir de 21 de agosto de 2015. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 434.467 (R\$ 0,80 - oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, e serão pagos a partir de 4 de março de 2016. A proposta de dividendo reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.503.466	(75.173)
Reserva legal	1.428.293	714.147
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	(436.842)	277.305
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,80 por ação	157.162	434.467
Dividendos mínimos a pagar - Passivo circulante	277.305	556.984
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios - Patrimônio líquido	434.467	-
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,80 por ação	434.467	-
Reserva estatutária para investimentos	556.984	-

**23 RECEITA DE VENDAS E DE SERVIÇOS PRESTADOS (CONSOLIDADO)**

	2015	2014
Receita de vendas bruta	77.463.652	69.088.648
Receita de serviços prestados bruta	568.556	578.205
Impostos sobre vendas	(2.011.860)	(1.628.483)
Devoluções e abatimentos	(360.777)	(302.915)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	(4.297)	843
Receita líquida de vendas e serviços	75.655.274	67.736.298

**24 DESPESAS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)**

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2015	2014
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	67.763.793	61.308.509
Gastos com pessoal	1.950.776	1.619.830
Fretes e armazenagens	1.134.388	1.003.462
Depreciação e amortização	1.002.647	887.827
Propaganda e marketing	177.336	182.674
Serviços prestados por terceiros	255.750	223.632
Aluguel de imóveis e equipamentos	143.677	122.130
Outras despesas	343.237	245.529
Total	72.771.604	65.593.593
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	68.933.702	62.304.631
Despesas com vendas e comerciais	2.516.561	2.158.659
Despesas gerais e administrativas	1.321.341	1.130.303
Total	72.771.604	65.593.593

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 41.368 em 2015 (R\$ 36.956 em 2014).

**25 RESULTADO NA VENDA DE BENS (CONSOLIDADO)**

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2015 o resultado foi um ganho de R\$ 27.276 (ganho de R\$ 36.978 em 2014) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

**26 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS (CONSOLIDADO)**

	2015	2014
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	21.646	46.140
Merchandising <sup>(2)</sup>	58.275	37.177
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	22.455	13.305
Ajuste de capital de giro e dívida líquida - aquisição Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.a)	13.784	-
Sinistro Ultracargo - incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 32)	(92.192)	-
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	16.000	-
Outros	10.616	10.292
Outros resultados operacionais, líquidos	50.584	106.914

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis. <sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais. <sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

**27 RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora	2014	Consolidado	2015	2014
Receitas financeiras:					
Juros sobre aplicações financeiras	175.391	131.852	341.739	298.977	
Juros de clientes	-	-	81.374	63.090	
Outras receitas	7	37	3.316	3.942	
	175.398	131.889	426.429	366.009	
Despesas financeiras:					
Juros sobre financiamentos	-	-	(666.791)	(526.707)	
Juros sobre debêntures	(113.562)	(97.540)	(308.290)	(255.419)	
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.023)	(5.883)	
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(829)	3.411	(46.966)	(20.512)	
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(71.384)	(1.365)	
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a)	(21.154)	(649)	(21.154)	(649)	
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(24)	(17)	(11.159)	(881)	
	(135.569)	(94.795)	(1.129.767)	(811.416)	
Resultado financeiro, líquido	39.829	37.094	(703.338)	(445.407)	

**28 LUCRO POR AÇÃO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

	2015	2014
Lucro básico por ação	1.503.466	1.241.563
Lucro líquido da Sociedade	1.503.466	1.241.563
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	543.775	545.679
Lucro básico por ação - R\$	2.7649	2.2753
Lucro diluído por ação	2015	2014
Lucro líquido da Sociedade	1.503.466	1.241.563
Média ponderada das ações em circulação (em		



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015	2014
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	251.463	214.305
Ipiranga	921.634	880.502
Oxiteno	136.314	115.986
Ultracargo	24.463	28.565
Extrafarma	80.813	57.188 <sup>(1)</sup>
Outros <sup>(2)</sup>	24.248	27.813
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.438.935	1.324.359
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(625)	(709)
Juros capitalizados	(25.207)	(8.833)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.413.103	1.314.817
	2015	2014
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	143.207	136.413
Ipiranga	612.727	528.987
Oxiteno	158.261	138.501
Ultracargo	41.668	49.372
Extrafarma	23.744	12.843 <sup>(1)</sup>
Outros <sup>(2)</sup>	23.040	21.711
Total	1.002.647	887.827

	2015	2014
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.195.314	2.701.673
Ipiranga	11.292.350	9.138.758
Oxiteno	4.148.716	4.229.501
Ultracargo	1.283.613	1.382.969
Extrafarma	1.570.024	602.409
Outros <sup>(2)</sup>	476.032	1.425.072
Total	20.966.049	19.480.382

<sup>(1)</sup> Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

<sup>(2)</sup> A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda.

**Informações relativas à área geográfica** - Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Estados Unidos <sup>(1)</sup>	201.286	137.470
México <sup>(1)</sup>	140.759	107.554
Uruguai <sup>(1)</sup>	79.408	55.855
Venezuela	4.364	18.763

<sup>(1)</sup> O aumento do imobilizado e intangível em 2015 se deve substancialmente à desvalorização do Real frente às moedas funcionais das controladas sediadas no exterior utilizada na conversão das informações. A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Receita líquida das vendas:		
Brasil	74.337.803	66.798.903
México	215.141	138.651
Venezuela	158.020	73.390
Uruguai	37.938	32.293
Outros países da América Latina	392.748	324.612
Estados Unidos e Canadá	166.277	152.384
Extremo Oriente	190.160	58.684
Europa	101.931	89.370
Outros	55.256	68.011
Total	75.655.274	67.736.298

### 30 RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

**Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança** - Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites. A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo: • A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil. • A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento. • As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade. • O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira. • A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política. **Risco de moedas** - A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 2015 e 2014:

	2015	2014
Ativos e passivos em moeda estrangeira em milhões de Reais		
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	147,8	594,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	188,8	190,3
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	611,4	507,3
	948,0	1.292,5
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.630,3)	(1.867,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(64,4)	(70,6)
	(2.694,7)	(1.937,8)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.667,2	783,3
Posição líquida ativa – total	920,5	138,0

#### Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 920,5 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7,7)	(19,4)	(38,7)
(2) Efeito no patrimônio líquido		99,8	249,5	499,0
(1) + (2)	Efeito	92,1	230,1	460,3
(3) Efeito no resultado	Depreciação do Real	7,7	19,4	38,7
(4) Efeito no patrimônio líquido		(99,8)	(249,5)	(499,0)
(3) + (4)	Efeito	(92,1)	(230,1)	(460,3)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão ocorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 22.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

**Risco de juros** - A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14. A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI). Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 2015 e 2014:

em milhões de Reais	Nota explicativa	2015	2014
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4	2.497,9	2.690,6
Aplicações financeiras	4	801,6	902,7
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial – CDI	30	30,6	114,2
Financiamentos e debêntures	14	(5.520,9)	(5.157,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – CDI	30	(2.225,1)	(749,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	30	(27,8)	(486,1)
Posição líquida passiva em CDI		(4.443,7)	(2.686,1)
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos – TJLP	14	(420,8)	(540,5)
Posição líquida passiva em TJLP		(420,8)	(540,5)
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial – LIBOR	30	1.364,4	761,8
Empréstimos e financiamentos – LIBOR	14	(1.587,1)	(814,3)
Posição líquida passiva em LIBOR		(222,7)	(52,5)
<b>TIIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(27,1)	(32,3)
Posição líquida passiva em TIIE		(27,1)	(32,3)
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(30,9)	-
Posição líquida passiva em SELIC		(30,9)	-
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(5.145,2)	(3.311,4)

**Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes** - A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
<b>Exposição a juros flutuantes</b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	33,6	84,0	168,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	2,1	5,2	10,4
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(71,1)	(177,7)	(355,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(20,1)	(50,1)	(100,1)
Despesa incremental		(55,5)	(138,6)	(277,0)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(3,0)	(7,4)	(14,8)
Despesa incremental		(3,0)	(7,4)	(14,8)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,3	0,7	1,5
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,4)	(0,9)	(1,9)
Despesa incremental		(0,1)	(0,2)	(0,4)
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,1)	(0,3)	(0,7)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,7)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		(0,2)	(0,4)	(0,8)

**Risco de crédito** - Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber. **Risco de crédito de instituições financeiras** - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. **Risco de crédito de governos** - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. **Risco de crédito de clientes** - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2015	2014
Ipiranga	151.921	136.104
Ultragaz	28.136	24.140
Oxiteno	12.412	4.522
Extrafarma	5.376	11.067
Ultracargo	2.971	2.611
Total	200.816	178.444

**Risco de liquidez** - As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos. A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.515,7 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2016 totaliza R\$ 1.809 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.506,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2015 no balanço patrimonial.

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1) (2)</sup>	11.111,8	1.515,7	7.578,1	1.949,1	68,9
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	389,7	184,6	185,1	-	-
Fornecedores	1.460,5	1.460,5	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 16,4%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,18 em 2016, R\$ 4,67 em 2017, R\$ 5,25 em 2018, R\$ 5,90 em 2019 e R\$ 6,64 em 2020, (iii) TJLP de 7,0% e (iv) IGP-M de 7,3% em 2016, 6,5% em 2017, 6,3% em 2018, 6,3% em 2019 e 6,3% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras). <sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos. <sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Prê, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE - *Inter-continentalExchange*) em 31 de dezembro de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

**Gestão de capital** - A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. **Seleção e utilização de instrumentos financeiros** - Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos avançados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. Conforme mencionado na seção "Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança" desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política. A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) <sup>1</sup>		Valor justo		Valor a receber		Valor a pagar	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014		
<b>Instrumentos de proteção</b>										
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>										
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU,		US\$ 350,0	US\$ 290,0	1.364,4	761,8	1.364,4	-	-	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	Itaú, JP Morgan, Santander, Scotiabank	jan/2016 a nov/2018	US\$ 334,5	US\$ 50,6	1.335,1	136,6	1.335,1	-	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (684,5)	US\$ (340,6)	(2.225,1)	(749,1)	-	-	2.225,1	-
Resultado acumulado			-	-	474,4	149,3	2.699,5	2.225,1	-	-
<b>b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>										
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	jan/2016 a mar/2016	US\$ 7,9	US\$ 42,9	30,6	114,2	30,6	-	-	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US\$ (7,9)	US\$ (42,9)	(32,3)	(115,6)	-	-	32,3	-
Resultado acumulado			-	-	(1,7)	(1,4)	30,6	32,3	-	-
<b>c – Swap de juros em Reais</b>										
Ativo em taxa de juros pré-fixada			R\$ 27,5	R\$ 327,5	27,4	532,0	27,4	-	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			R\$ (27,5)	R\$ (327,5)	(27,8)	(486,1)	-	-	27,8	-
Resultado acumulado	Itaú		-	-	(0,4)	45,9	27,4	27,8	-	-
<b>d – Swaps cambiais ativos em euros</b>										
Ativos em euro (Pré)			-	0,2	-	0,5	-	-	-	-
Passivo em taxa de juros CDI			-	(0,2)	-	(0,5)	-	-	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado acumulado total bruto</b>					472,3	193,8	2.757,5	2.285,2	-	-
Imposto de renda					(86,0)	(36,7)	(86,0)	-	-	-
<b>Resultado acumulado total líquido</b>					386,3	157,1	2.671,5	2.285,2	-	-
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>							433,7	164,5	-	-
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)</b>							(47,4)	(7,4)	-	-

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A. Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2015, de acordo com sua categoria, risco e



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Valor justo dos instrumentos financeiros** - Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	2015		2014	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	133.296
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	2.690.638
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	3.435
<b>Aplicações financeiras</b>					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	892.065
	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	35.013	505.574
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	433.669	164.496
<b>Total</b>			<u>3.973.162</u>	<u>3.973.162</u>	<u>4.400.122</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	1.715.405	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.846.649	4.686.178	4.904.248
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.246.215	2.233.313	2.283.852
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	45.894	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	47.445	7.424
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	112.233	112.233	92.072
<b>Total</b>			<u>9.013.841</u>	<u>8.840.468</u>	<u>8.467.284</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

• Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG em 2014 foi utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo. Em 2015 as notas foram liquidadas no seu vencimento (vide nota explicativa nº 14.b). • Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, civis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2015 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.070.106 ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a. O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 3.a). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificadas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias: (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 2015 e 2014:

Categoria	Nota explicativa	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-
<b>Aplicações financeiras</b>					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.398
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	-	433.669
<b>Total</b>			<u>3.973.162</u>	<u>3.530.095</u>	<u>443.067</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445
Bônus de subscrição - indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	112.233	-	112.233
<b>Total</b>			<u>8.840.468</u>	-	<u>8.840.468</u>

Categoria	Nota explicativa	2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	133.296	133.296	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.690.638	2.690.638	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.435	3.435	-
<b>Aplicações financeiras</b>					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	892.065	892.065	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	505.574	146.782	358.792
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	164.496	-	164.496
<b>Total</b>			<u>4.400.122</u>	<u>3.876.834</u>	<u>523.288</u>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.132.644	-	1.132.644
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.878.005	707.281	4.170.724
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.281.353	-	2.281.353
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	47.044	-	47.044
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	7.424	-	7.424
Bônus de subscrição - indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	92.072	-	92.072
<b>Total</b>			<u>8.438.542</u>	<u>707.281</u>	<u>7.731.261</u>

<sup>(1)</sup> Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ultrapar Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelo controle interno que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre

**Análise de sensibilidade** - A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,49 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2015, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2015 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	578.420	1.392.762	2.207.105
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(578.426)	(1.392.789)	(2.207.152)
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<u>(6)</u>	<u>(27)</u>	<u>(47)</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(728)	7.189	15.107
(4) Margem bruta da Oxiteno		728	(7.189)	(15.107)
<b>(3)+(4)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável. Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
<b>Swap de taxa de juros (em Reais)</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	-	250	553
(2) Dívida a taxa fixa		-	(250)	(553)
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**31 COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)**

**a. Contratos**

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2015, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra previa em 2015 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas e máximo de 205 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. O compromisso mínimo de compra para o 4º trimestre de 2015 foi revisado para adequação dos interesses da Braskem S.A. e da controlada Oxiteno Nordeste, não havendo pendências.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º trimestre	37.743	52.048	44.352	52.196
2º trimestre	46.596	48.450	51.112	48.450
3º trimestre	47.890	51.225	48.507	51.225
4º trimestre	47.890	53.353	41.950	53.353
<b>Total</b>	<u>180.119</u>	<u>205.076</u>	<u>185.921</u>	<u>205.224</u>

(\*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Em acordo com a Braskem S.A., no 1º semestre de 2015 foi considerado o volume de eteno adquirido conjuntamente pela Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste para fins de compromisso mínimo de compra. Desta forma, a controlada cumpriu os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	2015	2014	2015	2014
1º semestre	20.101	22.050	17.669	22.085
2º semestre	17.376	17.017	19.482	17.169
<b>Total</b>	<u>37.477</u>	<u>39.067</u>	<u>37.151</u>	<u>39.254</u>

(\*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

**b. Cobertura de seguros em controladas** - A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US\$ 1.062
Ipiranga	R\$ 769
Ultracargo	R\$ 550
Ultrazag	R\$ 300
Extrafarma	R\$ 125

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços. São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo. São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros. As coberturas e limites seguros das apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. **c. Contratos de arrendamento mercantil operacional** - As controladas Cia. Ultrazag, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultrazag e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2015	19.212	29.319	-	48.531

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultrazag mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2015	a pagar 95.476	271.286	140.179	506.941
	a receber (48.913)	(150.594)	(73.221)	(272.728)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2015, foi R\$ 100.522 (R\$ 72.969 em 2014).

**32 ULTRACARGO - INCÊNDIO EM SANTOS**

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide nota explicativa nº 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa nº 31.b). Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil. A Ultracargo finalizou a elaboração do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio, e o submeteu à aprovação das autoridades competentes. Este processo irá permitir que os peritos do Instituto de Criminalística finalizem os trabalhos de investigação para apurar as causas do acidente.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco  
Contador  
CRC nº 1 SP 138635/O-2

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Guilherme Aguiar Cunha  
Presidente

Lucio de